

Superior Tribunal de Justiça



Relatório de Atividades 1996

***Presidência
Ministro Bueno de Souza***

Brasília - DF

Superior Tribunal de Justiça

Relatório de Atividades 1996

Presidência

Ministro Bueno de Souza

Brasília - DF

SUMÁRIO

Relatório	5
Estatística das atividades judicantes(Anexo 1)	31
Composição do Tribunal, aposentadorias, posses e homenagens (Anexo 2).....	57
Pesquisas e Publicações (Anexo 3)	63
Orçamento comparativo do Superior Tribunal de Justiça (Anexo 4)	79
Atividades da Secretaria de Serviços Integrados de Saúde (Anexo 5)	81
Cursos e treinamentos (Anexo 6)	85
Mostra da Página do Superior Tribunal de Justiça na Internet (Anexo 7)	87
Notícias elaboradas e publicadas sobre o STJ (Anexo 8)	99
Visitas, audiências e eventos (Anexo 9)	103

Senhores Ministros,

A Presidência cumpre, nesta oportunidade, o dever regimental de oferecer ao conhecimento do Superior Tribunal de Justiça o relatório das atividades desenvolvidas durante o ano de 1996, certa de que o resumo dos resultados obtidos e a identificação das dificuldades a vencer contribuirão para alento desta Corte na busca incessante do melhor desempenho de sua elevada missão constitucional.

Em 1996, o Tribunal julgou 77.629 processos e publicou 37.476 acórdãos. Foram 1.366 as decisões proferidas em recursos extraordinários. As diversas Seções e Turmas realizaram 434 sessões de julgamento. Permanecem, no entanto, à espera de conclusão dos relatores, nos armários da Secretaria-Geral Judiciária, 35.676 processos, dos quais 29.766 provenientes de anos anteriores. Desde sua instalação até dezembro, publicou 132.076 acórdãos.

Esses Algarismos bastam para documentar a rotina extenuante imposta aos diligentes Ministros da Casa

ante a distribuição média de 6.419 feitos por mês, durante o último ano. O vertiginoso crescimento do número de processos é evidenciado pelas seguintes cifras: em 1989, foram distribuídos 6.103 processos; no ano seguinte, 14.087; dois anos depois, a conta subiu para 33.872 processos, saltando para 68.576, em 1995, e para 77.032 no ano passado.

Essa verdadeira escalada confirma o que vem sendo divulgado, isto é, que o Superior Tribunal de Justiça e o Supremo Tribunal Federal encontram-se no centro da crise que o Poder Judiciário vem enfrentando ao longo das últimas décadas, sem que, até o presente momento, vislumbrem-se fundadas esperanças de superação: quanto mais se julga, mais processos se multiplicam à espera de decisão. Essa avassaladora espiral aponta para a distribuição de 2.703 processos por Ministro Relator, no ano de 1996, enquanto a média de julgamentos foi de 2.728 por Ministro. É importante assinalar ainda que, durante o exercício passado, foram julgados 15.297 feitos a mais do que em 1995.

O crescimento explosivo de demandas dirigidas aos dois principais tribunais do País reclama a necessária

interpretação; e este aponta causas diversas, tais como a inevitável exacerbação da litigiosidade no ambiente social, decorrência natural da complexidade crescente das relações sociais, cada vez mais numerosas e complexas no mundo contemporâneo; a agravação dos conflitos provocados pelas distorções caracterizadoras da sociedade excludente que tem sido a brasileira, especialmente nas últimas décadas; e a renitente obstinação do Poder Executivo, ao insistir em desconhecer a jurisprudência reiterada dos tribunais, mediante a multiplicação, além de qualquer limite, dos recursos utilizados como tática de protelação do cumprimento de suas obrigações.

Por outro lado, há que mencionar a banalização do emprego das medidas provisórias, muitas vezes reeditadas em afrontoso desafio às regras elementares de convívio dos Poderes do Estado, motivo de permanente inquietação social a desaguar nas portas dos tribunais, último refúgio dos direitos ameaçados ou violados.

Eis os números que evidenciam, acima de qualquer dúvida, tão grave desvio de conduta administrativa, incompatível com os fundamentos do Estado de Direito: no ano passado, quase 35% de todos os recursos interpostos,

ante a distribuição média de 6.419 feitos por mês, durante o último ano. O vertiginoso crescimento do número de processos é evidenciado pelas seguintes cifras: em 1989, foram distribuídos 6.103 processos; no ano seguinte, 14.087; dois anos depois, a conta subiu para 33.872 processos, saltando para 68.576, em 1995, e para 77.032 no ano passado.

Essa verdadeira escalada confirma o que vem sendo divulgado, isto é, que o Superior Tribunal de Justiça e o Supremo Tribunal Federal encontram-se no centro da crise que o Poder Judiciário vem enfrentando ao longo das últimas décadas, sem que, até o presente momento, vislumbrem-se fundadas esperanças de superação: quanto mais se julga, mais processos se multiplicam à espera de decisão. Essa avassaladora espiral aponta para a distribuição de 2.703 processos por Ministro Relator, no ano de 1996, enquanto a média de julgamentos foi de 2.728 por Ministro. É importante assinalar ainda que, durante o exercício passado, foram julgados 15.297 feitos a mais do que em 1995.

O crescimento explosivo de demandas dirigidas aos dois principais tribunais do País reclama a necessária

interpretação; e este aponta causas diversas, tais como a inevitável exacerbação da litigiosidade no ambiente social, decorrência natural da complexidade crescente das relações sociais, cada vez mais numerosas e complexas no mundo contemporâneo; a agravação dos conflitos provocados pelas distorções caracterizadoras da sociedade excludente que tem sido a brasileira, especialmente nas últimas décadas; e a renitente obstinação do Poder Executivo, ao insistir em desconhecer a jurisprudência reiterada dos tribunais, mediante a multiplicação, além de qualquer limite, dos recursos utilizados como tática de protelação do cumprimento de suas obrigações.

Por outro lado, há que mencionar a banalização do emprego das medidas provisórias, muitas vezes reeditadas em afrontoso desafio às regras elementares de convívio dos Poderes do Estado, motivo de permanente inquietação social a desaguar nas portas dos tribunais, último refúgio dos direitos ameaçados ou violados.

Eis os números que evidenciam, acima de qualquer dúvida, tão grave desvio de conduta administrativa, incompatível com os fundamentos do Estado de Direito: no ano passado, quase 35% de todos os recursos interpostos,

precisamente 27.613 deles, têm o INSS como litigante. Segue-se, em ordem decrescente, a Fazenda Nacional (11.029) e a Fazenda do Estado de São Paulo (3.889). Isso significa que a administração pública reclama para si mais de 60% da atividade-fim do Tribunal. O público deve, portanto, contentar-se com 2/5, apenas, da capacidade operacional desta Corte (Anexo 1).

A identificação dessas causas principais da crise experimentada pela Justiça brasileira não exclui, evidentemente, o reconhecimento das deficiências dos próprios organismos judiciários (número insuficiente de juízes e funcionários, carências administrativas, operacionais e financeiras), nem o inegável descompasso que distancia grande número de juízes do conhecimento de anseios disseminados na sociedade, enquanto sua capacitação profissional exhibe debilidades que a própria Constituição denuncia, ao exigir permanente aperfeiçoamento profissional da Magistratura. Cumpre, contudo, não nos excedamos no *mea culpa* dos juízes brasileiros, que freqüentemente compromete a objetividade do debate indispensável.

Sem embargo de tantas adversidades, impõe-se

assinalar, nesta solenidade de abertura do ano judiciário, com justificado regozijo, a diversidade, abrangência e importância das decisões do Tribunal no transcurso do exercício findo. Nesses pronunciamentos, quando Turmas, Seções e Corte Especial conseguem emergir das sufocantes montanhas de recalcitrância, é que esta Casa, finalmente, chega a exercer sua específica incumbência de orientar a jurisprudência nacional, a ponto de contribuir, como principalmente lhe cabe, para a estabilidade da ordem jurídica, condição de desenvolvimento e de justiça social, pressuposto, segundo se divulga, de credibilidade do Brasil no contexto da globalização.

Anoto, neste passo, que, em 1996, por motivo de aposentadoria, despediram-se desta Corte, onde deixaram vivo testemunho de sua brilhante judicatura, os eminentes Ministros Francisco Cláudio de Almeida Santos e Francisco de Assis Toledo. Em contrapartida, vieram integrá-la, assegurando-lhe o concurso de seus reconhecidos talentos, os ilustres Ministros José Arnaldo da Fonseca, Fernando Gonçalves, Carlos Alberto Menezes Direito e Felix Fischer. Aos nobres colegas renovo nossas boas-vindas e a certeza de que concorrerão para a preservação do elevado convívio

que distingue e enaltece, sobremaneira, a história do inesquecível Tribunal Federal de Recursos e marca a auspiciosa trajetória desta nova Corte judiciária (Anexo 2).

Este relatório não pode deixar de mencionar as principais linhas de atuação observadas no âmbito administrativo. Entendida a administração como conjunto de atividades-meio, indispensáveis ao exercício da função-fim do Tribunal, o ano de 1996 assinalou-se pelas providências levadas a termo no sentido de implantar e pôr em prática a nova estrutura dos serviços, em consonância com a reorganização que propusemos ao Conselho de Administração, ali aprovada por unanimidade, conforme a Resolução Nº 18, de 5 de dezembro de 1995.

Essa nova organização inspirou-se na necessidade de descentralização das decisões e das atividades executivas por três setores, a fim de assegurar uma gestão equilibrada e eficiente, bem como a indispensável segurança dos serviços de instrumentação, apoio e documentação da atividade judiciária. Os bons resultados já obtidos com o concurso desta sistemática organizacional e operacional, ao proporcionar a desejável transparência das decisões administrativas, hão de

contribuir para a consolidação e respeitabilidade da prática da autonomia administrativa que a Constituição confere ao Tribunal.

A reorganização dos serviços administrativos, na sua configuração abrangente, determinou a necessidade de atualização dos regulamentos dos serviços dos diferentes setores, de modo a adequá-los ao ambiente do Tribunal em sua nova sede, sendo de imediata compreensão que o modelo praticado em edifício de menos de 20.000 m² não poderia ajustar-se, tal e qual, a uma sede de 135.000 m², distribuída por cinco edifícios. Daí a necessidade dessa reformulação, levada a cabo com a valiosa colaboração da nova Assessoria de Organização e Métodos, também já implantada, em direta articulação com a Presidência.

Ainda na área administrativa, merece lembrança a implantação do sistema LINCE, que permitiu a organização do Protocolo Central Administrativo. Além da agilização decorrente da introdução da informática no fluxo quotidiano de informações e documentos de toda ordem, o LINCE possibilitou o controle dos procedimentos burocráticos, permitindo, assim, a localização imediata de um processo administrativo, até então sempre demorada. O

LINCE cadastrou, no ano passado, 11.874 documentos, tendo sido registrados, no período, 61.541 trâmites, o que também demonstra que, apesar da aparente frieza de nossos amplos corredores, o Tribunal fervilha pela rede de computadores.

Enriqueceu-se a Biblioteca com a aquisição do valioso acervo que pertencera ao saudoso Mestre Frederico Marques, contendo cerca de 3.200 volumes, todos de grande importância, e, bem assim, com as generosas doações feitas pelos eminentes Ministros Márcio Ribeiro, Miguel Jerônimo Ferrante e Pedro Acioli. Foram realizadas 16.221 pesquisas processuais, das quais 11.426 encomendadas por advogados. O atendimento de balcão da Jurisprudência registrou 8.302 pedidos de cópias de acórdãos. A Revista do Tribunal, sob a competente direção do Ministro Eduardo Ribeiro, contabilizou 45.018 exemplares de publicações diversas, distribuídos nos âmbitos externo e interno. E a sala reservada aos advogados foi visitada por 534 profissionais, vindos das diversas regiões do País (Anexo 3).

A padronização da linguagem para o entendimento uniforme da jurisprudência, com a implantação

do Thesaurus Jurídico, avançou a passos largos. A comissão de especialistas do STJ, TJ-DF e TRFs completou a etapa referente ao Direito Civil e Comercial. Também a parte mais importante da legislação (como a Constituição e os Códigos) e, ainda, a doutrina e as expressões usuais e novas da Jurisprudência já foram devidamente compiladas.

No setor de Recursos Humanos, o trabalho girou em torno de seis objetivos básicos: aumento de produtividade, eliminação do desperdício, racionalização das tarefas, rapidez, aprendizado contínuo e integração. São os próprios servidores os primeiros a reconhecer que o ambiente de trabalho melhorou, apesar da perversa política de pessoal praticada no País, especialmente em prejuízo do Judiciário. De nossa parte, com a necessária aprovação do Conselho de Administração, o Tribunal efetivou o pagamento das parcelas dos “quintos” da Gratificação de Representação de Gabinete - GRG e da Gratificação de Atividade por Desempenho de Função - GADF relativas ao período de 1992 a 1995, integrando-as às remunerações dos servidores a partir de janeiro de 1996. Também foram pagas as vantagens aos inativos aposentados até 28.02.95 (conforme prevê o artigo 193 da Lei nº 8.112/90) e

integralizadas todas as pensões pendentes de pagamento, desde 1991. Além disso, foram concedidas movimentações extraordinárias, beneficiando 321 servidores em maio e 238 em novembro (Anexo 4).

Em relação ao Pró-Ser, ante a drástica redução dos recursos financeiros imposta pela Lei de Meios, foi necessário aumentar o percentual pago pelo servidor no valor total da consulta médica, que passou de 20% para 50%. Porém, com a aprovação do pedido de suplementação orçamentária, a situação pôde ser revertida. De igual modo, merece referência a ampliação, no período, do número de médicos, clínicas e serviços contratados pelo Pró-Ser (Anexo 5).

Quanto aos recursos humanos, buscou-se a introdução de um programa de capacitação de servidores, nos diversos níveis de atuação, com o objetivo, entre outros, de conhecer as aptidões dos funcionários, treinando os mais capazes para as funções de maior responsabilidade, de modo a reduzir a dependência de nossos serviços do concurso de profissionais requisitados de outros órgãos.

Um total de 1362 cursos diversos de treinamento e aperfeiçoamento profissional sobre temas pertinentes aos

variados setores foi oferecido aos servidores, destacando-se os relacionados com a informática, gestão financeiro-administrativa, doutrina e processo.

Cumprе assinalar que a primeira turma de servidores participantes do Curso de Administração Judiciária, em nível de pós-graduação *lato sensu*, mediante convênio com a Fundação Getúlio Vargas, completou o período revelando-se estimulada a participar do processo de modernização e aperfeiçoamento da Casa. Foi tal o interesse despertado por esse empreendimento, que os 24 concluintes se preparam para, em conjunto e às suas próprias expensas, empreender visita de estudos aos EUA, onde pretendem conhecer a administração da Suprema Corte e de outros tribunais. Note-se que, para esse curso, de características inovadoras, os servidores foram selecionados mediante prévia inscrição e avaliação de seus títulos. Essa iniciativa, aliás, motivou outros órgãos do Poder Judiciário (TJ-DF e TRT-DF) a promoverem, nos mesmos moldes, cursos semelhantes (Anexo 6).

As comemorações de Natal, com a participação do Coral do STJ e de outros quatro corais de diversas procedências, foram indicativo de um clima mais solidário

entre os funcionários. São dignos de nota, outrossim, os eventos organizados pela Secretaria de Serviços Integrados de Saúde, que promoveu uma semana dedicada à prevenção "contra o uso e abuso de drogas", uma campanha de saúde bucal e facial e uma concorrida palestra sobre a saúde da mulher.

Neste período, iniciou-se (e ainda prossegue) a expansão dos serviços de assistência médica com a instalação, reequipamento e ampliação da assistência odontológica, agora vocacionada, principalmente, para o atendimento direto da clientela, e a implantação do setor de fisioterapia, tão necessário ao ambiente do Tribunal, como é de fácil compreensão. Também completou-se a adaptação do recinto de sessões da Quinta Turma (tentativa de correção de deficiência original de projeto), introduzindo-se corrimão para assegurar a passagem aos advogados. Entre as realizações do ano, devemos ainda assinalar o fato de se ter obtido para o Tribunal o competente "Habite-se", fato raro na administração pública federal.

As instalações da Presidência foram reorganizadas, a fim de se obter a melhor articulação consentida pela configuração física do espaço com os

serviços que a integram, o que exigiu algumas adaptações, sem interferência no projeto arquitetônico. O Gabinete da Presidência recebeu decoração condizente às suas características.

Uma agência de Correios foi inaugurada no subsolo, favorecendo o despacho da vasta correspondência do Tribunal, bem como facilitando a vida dos servidores. Outra mudança consistiu na transferência do pessoal lotado na Secretaria Judiciária, que começa o ano ocupando os primeiros quatro andares do Bloco 2. Essa medida comprovou-se necessária, não somente pela constante reclamação dos servidores do setor, que se sentiam sufocados ao manejar os milhares de processos na atmosfera viciada do ambiente artificial do subsolo, como também por laudos médicos conclusivos sobre a insalubridade do local, em face de sua destinação original. Tornou-se, de fato, extremamente desgastante o contraste das condições de utilização da área inicialmente destinada aos serviços judiciários, com a manutenção, sem uso, da maior parte do Edifício 2.

No setor da informática, registraram-se avanços consideráveis. A par de ter sido um período de intenso

treinamento para a adaptação das diversas unidades à rede de computadores, foi providenciada a aquisição de equipamentos para a complementação do circuito: 375 *pentiums* 133 Mhz, 48 impressoras *laser* e 40 potentes *modems*, entre vários outros tipos de material informático. Esse investimento importou em R\$ 1 milhão 450 mil, em números redondos. Estão em fase de implantação os chamados "gabinetes virtuais", que permitirão aos Senhores Ministros trabalhar em casa como se estivessem no Tribunal. Além disso, serão instalados, nas portarias dos prédios, nove terminais de auto-atendimento, para facilitar aos visitantes a obtenção de informações diversas sobre a tramitação de processos e a geografia da sede.

A tecnologia da informática e a racionalização de procedimentos também permitiram à Secretaria de Administração reduzir custos com o controle dos estoques e a revisão dos contratos de locação de mão-de-obra. Calcula-se que os ajustes feitos nos contratos terceirizados produziram uma economia mensal de R\$ 45.562,21 para o Tribunal, enquanto a racionalização de procedimentos proporcionou uma redução de 22% nos gastos com energia elétrica.

Cabe, sem dúvida, destacar neste relatório a inauguração, nos últimos dias do ano passado, da *homepage* do STJ na INTERNET, que está encerrando, em dez dias, seu período experimental. Desde então, o internauta interessado pode obter informações básicas sobre as atribuições e o funcionamento do Tribunal, bem como receber informações sobre a tramitação de processos. Em curto prazo, serão disponibilizados os arquivos, contendo os acórdãos na íntegra. Está sendo preparada uma versão básica, em inglês, das informações sobre o Tribunal, para veiculação na INTERNET. Os perfis dos Senhores Ministros, cujos originais foram remetidos pelos gabinetes, ainda não foram incluídos em razão da disparidade que se verificou na formatação de alguns currículos. É certo que as recomendações de ordem técnica apontam para a necessidade de um mínimo de padronização dos perfis, como, aliás, observa-se na página da Suprema Corte americana e, entre nós, na do Tribunal de Contas da União. Os perfis dos Ministros do Supremo ainda não estão disponíveis (Anexo 7).

Visualizando-se, enfim, a sede do Tribunal pelo seu aspecto externo, pode-se ver que já se avançou no

treinamento para a adaptação das diversas unidades à rede de computadores, foi providenciada a aquisição de equipamentos para a complementação do circuito: 375 *pentiums* 133 Mhz, 48 impressoras *laser* e 40 potentes *modems*, entre vários outros tipos de material informático. Esse investimento importou em R\$ 1 milhão 450 mil, em números redondos. Estão em fase de implantação os chamados "gabinetes virtuais", que permitirão aos Senhores Ministros trabalhar em casa como se estivessem no Tribunal. Além disso, serão instalados, nas portarias dos prédios, nove terminais de auto-atendimento, para facilitar aos visitantes a obtenção de informações diversas sobre a tramitação de processos e a geografia da sede.

A tecnologia da informática e a racionalização de procedimentos também permitiram à Secretaria de Administração reduzir custos com o controle dos estoques e a revisão dos contratos de locação de mão-de-obra. Calcula-se que os ajustes feitos nos contratos terceirizados produziram uma economia mensal de R\$ 45.562,21 para o Tribunal, enquanto a racionalização de procedimentos proporcionou uma redução de 22% nos gastos com energia elétrica.

Cabe, sem dúvida, destacar neste relatório a inauguração, nos últimos dias do ano passado, da *homepage* do STJ na INTERNET, que está encerrando, em dez dias, seu período experimental. Desde então, o internauta interessado pode obter informações básicas sobre as atribuições e o funcionamento do Tribunal, bem como receber informações sobre a tramitação de processos. Em curto prazo, serão disponibilizados os arquivos, contendo os acórdãos na íntegra. Está sendo preparada uma versão básica, em inglês, das informações sobre o Tribunal, para veiculação na INTERNET. Os perfis dos Senhores Ministros, cujos originais foram remetidos pelos gabinetes, ainda não foram incluídos em razão da disparidade que se verificou na formatação de alguns currículos. É certo que as recomendações de ordem técnica apontam para a necessidade de um mínimo de padronização dos perfis, como, aliás, observa-se na página da Suprema Corte americana e, entre nós, na do Tribunal de Contas da União. Os perfis dos Ministros do Supremo ainda não estão disponíveis (Anexo 7).

Visualizando-se, enfim, a sede do Tribunal pelo seu aspecto externo, pode-se ver que já se avançou no

sentido da inserção urbanística de nossos edifícios, que prossegue, e, especialmente, no que se refere ao ajardinamento das áreas internas, embora algumas necessidades ainda mereçam registro, tais como a ampliação das vias públicas de acesso e a arrumação de áreas vizinhas, tomadas pelo mato e que vêm servindo de depósito de entulhos.

Não obstante, é inegável que, além de mais bonito, mais equipado e mais eficiente, o STJ começou a ficar mais conhecido durante o ano passado. O espaço conquistado na *Voz do Brasil* ampliou significativamente o raio de repercussão das decisões adotadas pelo Tribunal, que passam agora a ser divulgadas também por meio de uma rede *Datafax*, contratada com a Embratel.

O noticiário do Tribunal, bastante ampliado em 96, a partir deste ano poderá ser transmitido, via fax, a até mil endereços distintos, simultaneamente. Jornais, emissoras de rádio e TV, universidades, revistas e boletins jurídicos, instituições públicas diversas e embaixadas, em breve prazo, começarão a receber, com regularidade, informações desta Casa (Anexo 8).

Com a INTERNET, o Tribunal abre-se ao mundo;

pelo *Datafax* e pela *Voz do Brasil*, liga-se mais amplamente ao País; por meio de eventos, como exposições, conferências e seminários, amplia seu relacionamento com a comunidade local. Entre as diversas realizações neste campo, é justo destacar, pelo grau de importância de que se revestiram, o seminário sobre "Soluções Alternativas de Conflitos", a solenidade de abertura do seminário "Roma-Brasília", o encontro internacional promovido em cooperação com o Centro de Estudos do Conselho da Justiça Federal sobre as "Questões Jurídicas no Processo de Integração do Mercosul" e a celebração do Dia da Bandeira.

Nesta altura, devo consignar meu reconhecimento pela decidida e leal cooperação dos Secretários-Gerais e Assessores, em cujo convívio diário comungo o esforço conjunto de definição de tarefas e de critérios de atuação, sem o que o trabalho aqui relatado de modo algum poderia ter sido realizado.

No que tange às atribuições específicas da Presidência, relacionadas com a representação do Tribunal no plano político-institucional, o ano que passou foi denso, para dizer o menos. Estiveram em pauta a Reforma Administrativa, a assim chamada Reforma do Judiciário e o

Plano de Carreira dos servidores do Judiciário Federal, além do Orçamento da União, sempre a demandar atenção especialíssima desta Presidência.

Por duas vezes, prestei depoimento na Comissão Especial que discute a PEC 96/92, presidida pelo Deputado Wagner Rossi, a convite do Relator, o eminente deputado Jairo Carneiro. Com freqüência, consoante as necessidades, interfeiri, pessoalmente ou por telefone, procurando sensibilizar as lideranças parlamentares para a urgência da aprovação do Plano de Carreira, reivindicado desde o advento da Constituição de 1988 pelos servidores dos tribunais superiores. Tratando desses assuntos, mantive entrevistas com o Sr. Ministro Antônio Kandir e o Senador Carlos Bezerra, com o Deputado Fernando Lyra e outros, sobre o Orçamento e o Plano de Carreira. Também por duas vezes, encontrei-me em audiência com o Excelentíssimo Senhor Vice-Presidente, Marco Maciel, e o Excelentíssimo Senhor Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso. A Presidência também intensificou a integração da Casa aos esforços desenvolvidos pelos demais tribunais superiores na definição e encaminhamento de questões de interesse comum.

Da mesma forma, ilustres parlamentares de diferentes tendências e dirigentes do governo local estiveram em visita a esta Corte, ocasiões em que tiveram contato pessoal com nossos eminentes Colegas. O Tribunal também recebeu as visitas, por diversos motivos, dos ministros Néelson Jobim, Raul Jungmann e Reinhold Stephanes e, por duas vezes, do Excelentíssimo Senhor Vice-Presidente da República, bem como de embaixadores de países amigos (Anexo 9).

Certamente, há muito a ser feito, no propósito da satisfatória adequação e articulação de toda a variada gama de atividades que se exercem nesta Casa, a ponto de que se possa reconhecer sua completa correspondência à sua conspícua vocação. Nos meses que me restam na Presidência, pretendo empenhar-me no propósito de:

a) obter, junto ao GDF, de forma definitiva e satisfatória, a adequada organização da área limítrofe do Tribunal, de forma a evitar a degradação de que atualmente é objeto, com a instalação de favelados e o despejo de entulhos;

b) concluir a adequação das salas de julgamento das Seções e Turmas, instalar a banca de jornais e revistas,

melhorar o auditório e adaptar a localização da Assessoria de Imprensa, para criar ali a sala dos jornalistas credenciados;

c) consolidar o circuito de divulgação do noticiário e providenciar a aquisição dos equipamentos necessários à organização de um centro de produção audiovisual para o registro das atividades da Casa, bem como a elaboração de vídeos didáticos em parceria, que recomendo, com o Centro de Estudos Judiciários do Conselho da Justiça Federal;

d) intensificar o processo de abertura do Tribunal à visitação pública, incluindo sua sede no roteiro turístico da cidade e ampliando a realização de eventos culturais de qualidade, como seminários e exposições;

e) inserir o Tribunal no circuito internacional, iniciando regular troca de informações e intercâmbio com entidades de renomado prestígio na área jurídica, inclusive com os tribunais congêneres nos principais países do mundo;

f) pôr em prática o Plano Emergencial de Segurança, de forma a introduzir na rotina do Tribunal normas e procedimentos capazes de proporcionar aos

Ministros e aos funcionários a necessária tranqüilidade no desempenho de seus misteres;

g) concluir os entendimentos para assinatura de convênio com a Caixa Econômica Federal, a fim de garantir financiamento de casa própria aos servidores do Tribunal e da Justiça Federal.

Os esforços empreendidos com tais objetivos não nos autorizam a desviar os olhos das pesadas e espessas nuvens que obscurecem o céu e embaçam o horizonte, na perspectiva do Poder Judiciário brasileiro, na abertura deste novo ano de trabalho.

Minha experiência no honroso exercício da Presidência impõe-me o dever de repartir com os insígnis Pares minhas apreensões em face da evidência de que o bom e respeitoso convívio dos Poderes no estado democrático continua, entre nós, como mera aspiração daqueles que, mesmo a despeito da insuportável exclusão social que os discrimina, anseiam, ainda, pela concretização dos “valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos”, comprometida com “o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a Justiça”,

como quer a Constituição.

A Lei de Diretrizes Orçamentárias continua ignorando o imperativo da Carta Magna, de vez que os Tribunais não são previamente ouvidos sobre suas necessidades financeiras. Nosso funcionalismo permanece injustamente discriminado. Os magistrados têm sua remuneração aviltada. Em conseqüência, aumentam ameaçadoramente os obstáculos ao aperfeiçoamento da prestação jurisdicional, tão reclamado, no entanto, até mesmo como condição de consolidação da nova ordem econômica nacional. O acesso, ainda limitadíssimo, do Judiciário aos meios de divulgação encoraja a disseminação de versões muitas vezes incorretas e inverídicas em detrimento da Magistratura, onde cresce o número de vagas pelo desestímulo das vocações. No entanto o povo, cada vez mais, acorre às Casas de Justiça.

O Poder Judiciário (e, portanto, também o Superior Tribunal de Justiça e a valorosa Justiça Federal) não pode e, sem dúvida, não vai ficar à margem do processo em curso, no rumo da superação do impasse que cerceia o saudável convívio dos Poderes segundo o modelo constitucional.

Impõe-se, portanto, aprofundar nossa reflexão: entre a alegada prática (ainda não comprovada) do que se convencionou, aleivosamente, denominar “indústria das liminares” e o tão freqüente absentismo do Poder Judiciário em momentos de crise institucional, aí está o espaço pelo qual a Nação, certamente, espera possam fluir as águas limpas e benfazejas que venham nutrir a tão almejada consolidação da democracia brasileira. A este Tribunal, à Justiça Federal, à Magistratura brasileira incumbe o impostergável dever de, para além e por cima das montanhas de processos, encontrar meios e modos de aprofundar seu compromisso maior com o sofrido povo brasileiro.

Brasília, 3 de fevereiro de 1997.

Ministro **Bueno de Souza**
Presidente



▶ *Sessão de julgamento do STJ*



▶ *Ministros a caminho do plenário*



▶ *Encontro de jornalistas com o Ministro-Presidente*



▶ *Abertura de sessão plenária*



▶ *Exposição de artistas da casa*



▶ *Auditório do STJ*



▶ Vista externa do prédio dos plenários



▶ Vista parcial do prédio dos plenários



▶ Vista aérea da sede



▶ Prédio do Tribunal Pleno



▶ Mural do salão de recepções



▶ A "Mão de Deus" (Marianne Perretti)

ANEXO 1

Estatística das atividades judicantes

*RELATÓRIO DAS ATIVIDADES JURISDICIONAIS
DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA*

Período: 02/01/96 a 19/12/96

Processos Recebidos.....	80.470
Processos Registrados	1.060
Processos Distribuídos	77.032
Processos a serem Distribuídos.....	3.438
Sessões Realizadas	434
Processos Julgados	77.629
Acórdãos Publicados	37.476
Suspensões de Segurança Apreciadas	107
Decisões Proferidas em Recursos Extraordinários ..	1.366
Despachos do Ministro Presidente Junto à Secretaria de Processamento de Feitos	2.615
Despachos Diversos Proferidos pelo Ministro Vice-Presidente	1.766
Processos com Vistas ao Ministério Público Federal em 19/12/96	4.082

Fonte: Secretaria-Geral Judiciária - Divisão de Estatística Processual

Processos Distribuídos, Julgados e Pendentes de Julgamento

Ano: 1996

Processos Meses	Pendentes Do(s) Mês(es) Anterior(es)	Distribuídos	Julgados (1)	Pendentes de Julgamento
Janeiro	..	4.714	144	4.570
Fevereiro	4.570	5.825	6.297	4.098
Março	4.098	6.234	7.065	3.267
Abril	3.267	4.396	5.767	1.896
Maiο	1.896	7.262	6.441	2.717
Junho	2.717	5.922	6.807	1.832
Julho	1.832	5.123	227	6.728
Agosto	6.728	7.053	9.104	4.677
Setembro	4.677	7.464	8.378	3.763
Outubro	3.763	8.814	7.411	5.166
Novembro	5.166	8.766	7.916	6.016
Dezembro	6.016	5.459	5.565	5.910
Total		77.032	71.122	5.910

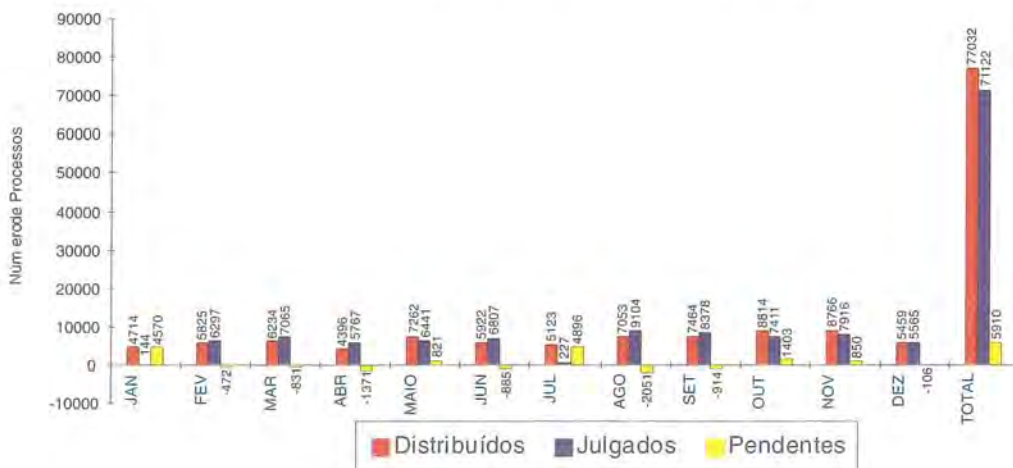
Fontes: Subsecretarias; Auluação, Classificação e Distribuição de Feitos; Corte Especial; Seções e Turmas; Gabinetes de Ministros.

Nota: Sinal convencional utilizado:

.. Não se aplica dado numérico.

(1) Não estão incluídos os 4.263 Agravos Regimentais e os 2.244 Embargos de Declaração [totalizando 6.507 feitos], em virtude de serem contados apenas os processos distribuídos. [71.112 + 6.507 = 77.629 processos julgados].

Processos Distribuídos, Julgados e Pendentes de julgamento Período: Janeiro a Dezembro/96



Fontes: Subsecretarias: Autuação, Classificação e Distribuição de Feitos; Corte Especial; Seções e Turmas; Gabinetes de Ministros.

Nota: Nos processos julgados não estão incluídos os Agravos Regimentais e os Embargos de Declaração, em número de 6.507 feitos.

Os números negativos são decorrentes de processos distribuídos nos meses e/ou ano(s) anterior(es) e que foram julgados nos citados meses acima.

Processos Distribuídos, Julgados e Pendentes de Julgamento no Período de 07/04/89 a 19/12/96

Processos Anos	Pendentes Do(s) Ano(s) Anterior(es)	Distribuídos no Ano	Julgados (1)	Pendentes de Julgamento
1989		6103	3550	2553
1990	2553	14087	10829	5811
1991	5811	23368	17527	11652
1992	11652	33872	28673	16851
1993	16851	33336	31295	18892
1994	18892	38670	39034	18528
1995	18528	68576	57338	29766
1996	29766	77032	71122	35676
Total		295044	259368	35676

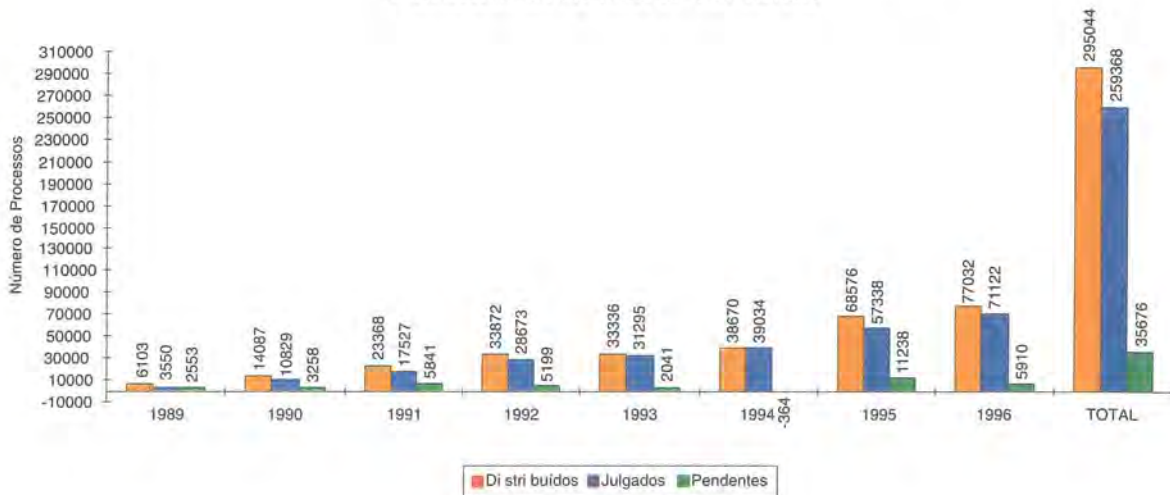
Fontes: Subsecretarias: Atuação, Classificação e Distribuição de Feitos; Corte Especial; Seções e Turmas; Gabinetes de Ministros.

Notas : Sinal convencional utilizado:

Não se aplica dado numérico.

(1) Não estão incluídos os 15.920 Agravos Regimentais e os 8.958 Embargos de Declaração [totalizando 24.878 feitos], em virtude de serem contados apenas os processos distribuídos. [259.368 + 24.878 = 284.246 processos julgados].

Processos Distribuídos, Julgados e Pendentes de Julgamento Período: 07/04/89 a 19/12/96



Fontes: Subsecretarias: Atuação, Classificação e Distribuição de Feitos; Corte Especial; Seções e Turmas; Gabinetes de Ministros.

Nota: Nos processos julgados não estão incluídos os Agravos Regimentais e os Embargos de Declaração, em número de 24.878 feitos.

O número negativo, em 1994, é decorrente de processos distribuídos no(s) ano(s) anterior(es) e que foram julgados no citado ano.

Processos Julgados e Pendentes
de Julgamento

Período: 07/04/89 a 19/12/96

Pendentes
(12,09%)
35.676

Julgados
(87,91%)
259.368



Agravos Regimentais e Em bargos de
Decl. Julgados

Período: 07/04/96 a 19/12/96

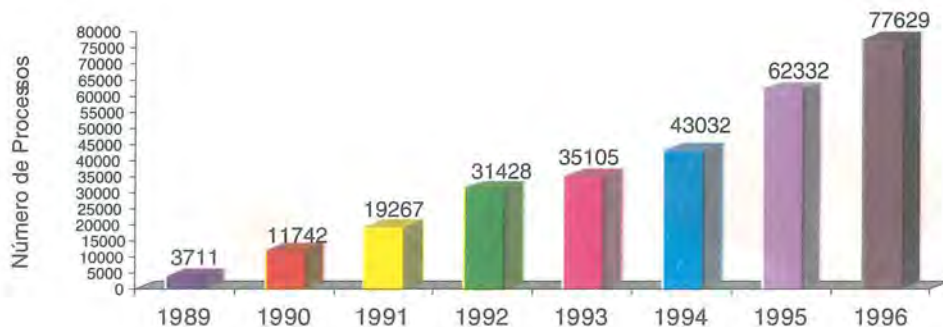
EDcl e
AgRg
(8,75%)
24.878

Julgados
(91,25%)
259.368



Fontes: Subsecretarias: Autuação, Classificação e Distribuição de Feitos; Corte Especial; Seções e Turmas; Gabinetes de Ministros.

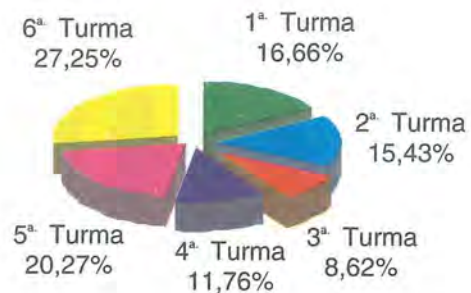
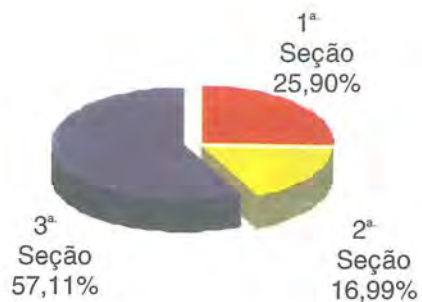
Processos Julgados - Crescimento Período: 07/04/89 a 19/12/96



Fontes: Subsecretarias: Autuação, Classificação e Distribuição de Feitos; Corte Especial; Seções e Turmas; Gabinetes de Ministros.

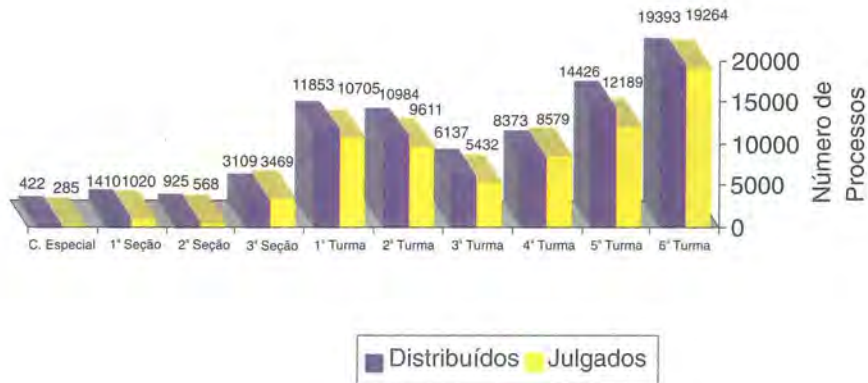
Nota : Nos processos julgados estão incluídos os Agravos Regimentais e os Embargos de Declaração, em número de 24.878 feitos.

Processos Distribuídos às Seções e Turmas Período: Janeiro a Dezembro/96



Fonte: Subsecretaria de Autuação, Classificação e Distribuição de Feitos.

Proc. Distrib. e Julgados na C. Especial, Seções e Turmas
Período: Janeiro a Dezembro/96

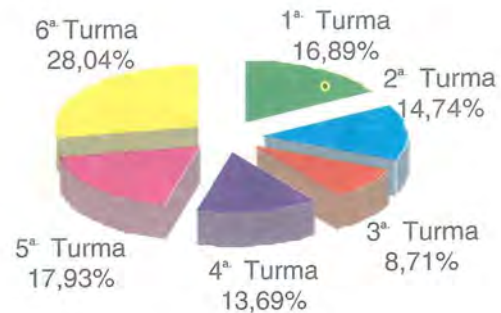
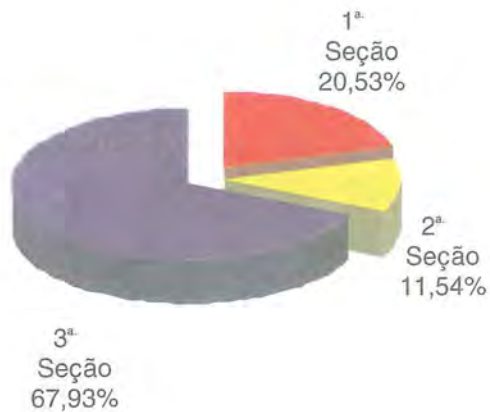


Fontes: Subsecretarias: Autuação, Classificação e Distribuição de Feitos; Corte Especial; Seções e Turmas; Gabinetes de Ministros.

Nota : Nos processos julgados não estão incluídos os Agravos Regimentais e os Embargos de Declaração, em número de 6.507 feitos.

Processos Julgados nas Seções e Turmas

Período: Janeiro a Dezembro/96

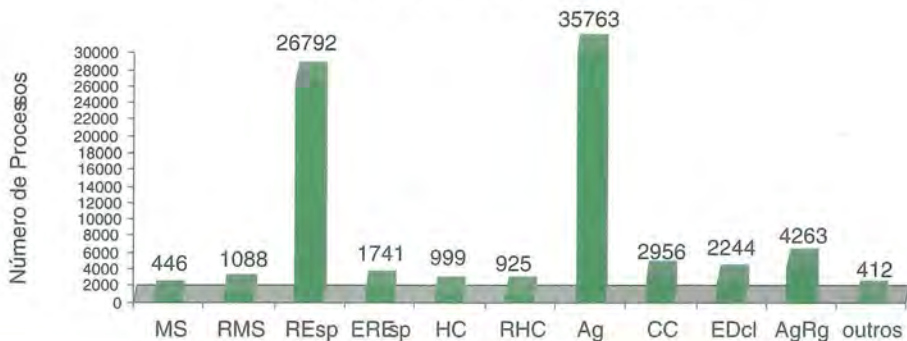


Fontes: Subsecretarias das Seções e Turmas; Gabinetes de Ministros.

Nota : Estão incluídos os processos decididos monocraticamente.

Processos Julgados Por Classes

Período: Janeiro a Dezembro/96

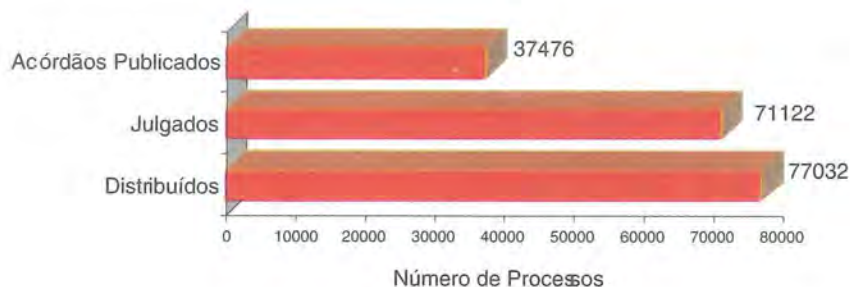


OUTROS									
RvCr	45	Inq	14	HD	3	ExVerd		CAt	3
Rp	10	NC	5	Rcl	48	AR	19	RO	3
Pet	28	MC	205	AC		EAR	3	MI	7
IJ	3	ExImp	1	IF	4	APn	11	ExSusp	

Fontes: Subsecretarias: Corte Especial, Seções e Turmas; Gabinetes de Ministros.

Nota : No gráfico acima estão incluídos os 37.561 processos julgados em sessão e os 40.068 decididos monocraticamente, totalizando 77.629 feitos.

Processos Distribuídos, Julgados e Acórdãos Publicados Período: Janeiro a Dezembro/96



Fontes: Subsecretarias: Autuação, Classificação e Distribuição de Feitos; Corte Especial; Seções e Turmas; Gabinetes de Ministros.

Nota : Nos processos julgados não estão incluídos os Agravos Regimentais e os Embargos de Declaração, em número de 6.507 feitos.

RECURSOS INTERPOSTOS NO STJ
ANO: 1996

INSS	27.613
Fazenda Nacional	11.029
Fazenda do Estado de São Paulo	3.889
União Federal	3.366
Outros	33.725
Total	79.622

Fonte: Secretaria de Informática

Processos Autuados no STJ

Ano: 1996



Fonte: Secretaria de Informatica

Processos Registrados - Competência do Ministro Presidente
Ano: 1996

Classes de Feitos	Ag/RE	SS	Pet	Prc	Com	IF	Rcl	HC	Total
Meses									
Janeiro	82	26	1					4	113
Fevereiro	37	4	2					1	44
Março	55	21							76
Abril	17	5							22
Mai	127	14	3	1		1			146
Junho	61	12	2	3					78
Julho	97	10	2		4				113
Agosto	57	5							62
Setembro	115	10					1		126
Outubro	78	14	1						93
Novembro	116	7	1			1			125
Dezembro	55	4	1	2					62
Total	897	132	13	6	4	2	1	5	1060

Fonte: Subsecretaria de Aduação, Classificação e Distribuição de Feitos.

Processos Registrados - Competência do Ministro-Presidente

Ano: 1996

Classes de Feitos	Ag/RE	SS	Pet	Prc	Com	IF	Rcl	HC	Total
Meses									
Janeiro	82	26	1					4	113
Fevereiro	37	4	2					1	44
Março	55	21							76
Abril	17	5							22
Maio	127	14	3	1		1			146
Junho	61	12	2	3					78
Julho	97	10	2		4				113
Agosto	57	5							62
Setembro	115	10					1		126
Outubro	78	14	1						93
Novembro	116	7	1			1			125
Dezembro	55	4	1	2					62
Total	897	132	13	6	4	2	1	5	1060

Fonte: Subsecretaria de Autuação, Classificação e Distribuição de Feitos.

Processos Incidentes
Suspensões de Segurança Despachadas Pelo Ministro-Presidente

Ano: 1996

Despachos Meses	Deferidas	Indeferidas	Remetidas ao STF	Arquivadas	Não Conheceu do Pedido	Homologações de Desistência	Total
Janeiro							-
Fevereiro	13	7		2		1	23
Março	3	7					10
Abril	3	2					5
Maior	2	5		1			8
Junho	10						10
Julho							-
Agosto	11	23					34
Setembro	2	3					5
Outubro	1						1
Novembro	2	3					5
Dezembro	2	4					6
Total	49	54		3		1	107

Fonte: Gabinete da Presidência.

Despachos Diversos Proferidos Pelo Ministro-Presidente
 Junto à Secretaria de Processamento de Feitos
 Ano: 1996

Despachos	Processos	Petições	Ofícios	Telex	Total
Janeiro					-
Fevereiro	125	83	3	1	212
Março	155	43	7		205
Abril	81	44	13		138
Maiο	208	107	51	1	367
Junho	173	103	37	3	316
Julho	172	37	131	3	343
Agosto	89	101	24		214
Setembro	142	96	29		267
Outubro	115	63	13	5	196
Novembro	107	114	6	8	235
Dezembro	90	30	2		122
Total	1457	821	316	21	2615

Fonte: Gabinete da Diretora da Secretaria de Processamento de Feitos.

Despachos Proferidos Pelo Ministro Vice-Presidente

Período: Janeiro a Dezembro de 1996

Despachos Feitos	RE	RO	Ag/RE	Diversos		Total
				Petições	Processos	
MS	32	46	36	13	11	138
RMS	45	1	31	10	9	96
CC	28	1	12	4		45
REsp	827	1	446	284	53	1611
EREsp	34		15	7	5	61
AR			3	2	1	6
EAR	1					1
AgRg	32		2	119	23	176
HC	6	14		3		23
RHC	18	2	2	5		27
Ag	337		261			598
Pet	4		2			6
Rcl	1	2	1			4
IF			19			19
ExSusp	1		1	1		3
Ag/RE				307	11	318
Total	1366	67	831	755	113	3132

Fonte: Gabinete da Vice-Presidência.

Decisões Proferidas em Recursos Extraordinários no Período de Janeiro a Dezembro de 1996

Ministro Vice-Presidente

Orgãos Judicantes	C. Especial		1ªSeção		1ªTurma		2ªTurma		2ªSeção		3ªTurma		4ªTurma		3ªSeção		5ªTurma		6ªTurma		Total		
	ADM	DEN	ADM	DEN	ADM	DEN	ADM	DEN	ADM	DEN	ADM	DEN	ADM	DEN	ADM	DEN	ADM	DEN	ADM	DEN	ADM	DEN	
MS		(1) 2		3											2	25					2	30	
RMS						9		6				1		3			6	5	14		5	39	
CC									1	2					3	18						4	20
REsp					73	194	(1) 27	(1) 85			7	62	8	73		1	1	102	8	181	124	698	
REsp		1	2	9						3				2		14					2	29	
Ag								2				2		6			1			1		12	
AR																							
EAR				1																		1	
EDcl						1														1		2	
AgRg		1		1	1	57		61		3		75		136		5		20		12	1	371	
HC																	1	4	1	1	4	2	
RHC																	6	3	9	3	3	15	
MC																							
Rcl										1												1	
IF																							
ExSusp										1												1	
Total		4	2	14	74	261	27	154	1	10	7	140	8	220	5	63	1	136	20	219	145	1221	

Fonte: Gabinete da Vice-Presidência.

ADM = Admitidos.

DEN = Denegados.

(1) Despachos proferidos pelo Exmo. Sr. Ministro José Dantas no impedimento dos titulares (1 MS e 2 REsp).

**Processos com Vista ao
Ministério Público em 19/12/96**

Feitos	Total
MS	232
RMS	779
REsp	1618
EREsp	40
AR	25
HC	32
RHC	134
Ag	531
APn	1
SS	3
CC	600
RvCr	1
Pet	7
Rcl	26
Inq	21
CAt	8
NC	10
MC	9
ExVerd	1
Rp	4
TOTAL	4082

Processos Autuados e Respectiva Procedência no Mês de Dezembro de 1996

Superior Tribunal de Justiça	279
Tribunal Superior do Trabalho	1
Superior Tribunal Militar	1
Tribunal Regional Federal da 1ª Região	222
Tribunal Regional Federal da 2ª Região	72
Tribunal Regional Federal da 3ª Região	760
Tribunal Regional Federal da 4ª Região	612
Tribunal Regional Federal da 5ª Região	80
Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região	1
Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região	1
Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região	1
Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região	1
Justiça Federal de 1ª Instância no Rio G. do Sul	25
Justiça Federal de 1ª Instância no Distrito Federal	9
Justiça Federal de 1ª Instância em Santa Catarina	4
Justiça Federal de 1ª Instância no Mato Grosso	1
Justiça Federal de 1ª Instância no Amazonas	3
Justiça Federal de 1ª Instância no Rio G. do Norte	1
Justiça Federal de 1ª Instância no Rio de Janeiro	20
Justiça Federal de 1ª Instância na Bahia	1
Justiça Federal de 1ª Instância em Minas Gerais	3
Justiça Federal de 1ª Instância no Paraná	5
Justiça Federal de 1ª Instância em São Paulo	29
Justiça Federal de 1ª Instância no Ceará	1
Justiça Federal de 1ª Instância no Piauí	1
Justiça Federal de 1ª Instância no Pará	2
Justiça Federal de 1ª Instância em Pernambuco	1
Justiça Federal de 1ª Instância em Goiás	2
Justiça Federal de 1ª Instância na Paraíba	2
Justiça Eleitoral em Rondônia	1

Justiça Eleitoral em São Paulo	1
Justiça Eleitoral no Amazonas	1
Justiça Eleitoral no Paraná	1
Justiça Militar em Minas Gerais	1
Justiça Militar no Paraná	1
Justiça Militar em São Paulo	1
Justiça do Trabalho de 1ª Instância no Rio de Janeiro	7
Justiça do Trabalho de 1ª Instância no Distrito Federal	6
Justiça do Trabalho de 1ª Instância em Santa Catarina	2
Justiça do Trabalho de 1ª Instância em Alagoas	1
Justiça do Trabalho de 1ª Instância no Paraná	1
Justiça do Trabalho de 1ª Instância no Espírito Santo	1
Justiça do Trabalho de 1ª Instância em São Paulo	1
Tribunal de Justiça da Bahia	36
Tribunal de Justiça da Paraíba	11
Tribunal de Justiça de Goiás	57
Tribunal de Justiça de Minas Gerais	93
Tribunal de Justiça de Pernambuco	11
Tribunal de Justiça de Rondônia	6
Tribunal de Justiça de Santa Catarina	36
Tribunal de Justiça de São Paulo	300
Tribunal de Justiça de Sergipe	5
Tribunal de Justiça de Tocantins	3
Tribunal de Justiça do Amazonas	11
Tribunal de Justiça do Acre	1
Tribunal de Justiça do Ceará	22
Tribunal de Justiça do Distrito Federal	57
Tribunal de Justiça de Roraima	1
Tribunal de Justiça do Espírito Santo	87
Tribunal de Justiça do Maranhão	15

Tribunal de Justiça do Mato Grosso	14
Tribunal de Justiça do Pará	17
Tribunal de Justiça do Paraná	38
Tribunal de Justiça do Mato Grosso do Sul	16
Tribunal de Justiça do Piauí	5
Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul	127
Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro	165
Tribunal de Justiça do Rio Grande do Norte	3
Tribunal de Alçada de Minas Gerais	77
Tribunal de Alçada do Paraná	49
Tribunal de Alçada do Rio Grande do Sul	103
Tribunal de Alçada Cível do Rio de Janeiro	54
Primeiro Tribunal de Alçada Civil de São Paulo	70
Segundo Tribunal de Alçada Civil de São Paulo	85
Tribunal de Alçada Criminal do Rio de Janeiro	3
Tribunal de Alçada Criminal de São Paulo	62
Justiça de 1ª Instância do Distrito Federal	3
Justiça de 1ª Instância do Rio de Janeiro	12
Justiça de 1ª Instância do Rio Grande do Sul	12
Justiça de 1ª Instância do Ceará	1
Justiça de 1ª Instância de Santa Catarina	19
Justiça de 1ª Instância do Paraná	5
Justiça de 1ª Instância de Goiás	1
Justiça de 1ª Instância de Minas Gerais	3
Justiça de 1ª Instância de Alagoas	2
Justiça de 1ª Instância do Mato Grosso	2
Justiça de 1ª Instância de São Paulo	32
Total	3900

Fonte: Subsecretaria de Autuação, Classificação e Distribuição de Feitos.

Nota : Foram recebidos, no citado mês, 4.092 processos.

Justiça Eleitoral em São Paulo	1
Justiça Eleitoral no Amazonas	1
Justiça Eleitoral no Paraná	1
Justiça Militar em Minas Gerais	1
Justiça Militar no Paraná	1
Justiça Militar em São Paulo	1
Justiça do Trabalho de 1ª Instância no Rio de Janeiro	7
Justiça do Trabalho de 1ª Instância no Distrito Federal	6
Justiça do Trabalho de 1ª Instância em Santa Catarina	2
Justiça do Trabalho de 1ª Instância em Alagoas	1
Justiça do Trabalho de 1ª Instância no Paraná	1
Justiça do Trabalho de 1ª Instância no Espírito Santo	1
Justiça do Trabalho de 1ª Instância em São Paulo	1
Tribunal de Justiça da Bahia	36
Tribunal de Justiça da Paraíba	11
Tribunal de Justiça de Goiás	57
Tribunal de Justiça de Minas Gerais	93
Tribunal de Justiça de Pernambuco	11
Tribunal de Justiça de Rondônia	6
Tribunal de Justiça de Santa Catarina	36
Tribunal de Justiça de São Paulo	300
Tribunal de Justiça de Sergipe	5
Tribunal de Justiça de Tocantins	3
Tribunal de Justiça do Amazonas	11
Tribunal de Justiça do Acre	1
Tribunal de Justiça do Ceará	22
Tribunal de Justiça do Distrito Federal	57
Tribunal de Justiça de Roraima	1
Tribunal de Justiça do Espírito Santo	87
Tribunal de Justiça do Maranhão	15

ANEXO 2

Composição do Tribunal, aposentadorias,
posses e homenagens

PLENÁRIO	CORTE ESPECIAL SESSÕES: 1ª E 3ª QUARTAS-FEIRAS DO MÊS	DIREITO PÚBLICO
		1ª SEÇÃO SESSÕES: 2ª E 4ª QUARTAS-FEIRAS DO MÊS
01 - BUENO DE SOUZA (PRESIDENTE) 02 - AMÉRICO LUZ (VICE-PRESIDENTE) 03 - JOSÉ DANTAS 04 - WILLIAM PATTERSON 05 - ANTÔNIO DE PÁDUA RIBEIRO 06 - CID FLAQUER SCARTEZZINI 07 - COSTA LEITE 08 - NILSON NAVES 09 - EDUARDO RIBEIRO (DIR. REVISTA) 10 - JOSÉ DE JESUS FILHO 11 - EDSON VIDIGAL 12 - GARCIA VIEIRA (C. GERAL DA JF) 13 - LUIZ VICENTE CERNICCHIARO 14 - WALDEMAR ZVEITER 15 - FONTES DE ALENCAR 16 - SÁLVIO DE FIGUEIREDO 17 - BARROS MONTEIRO 18 - HÉLIO MOSIMANN 19 - PEÇANHA MARTINS 20 - DEMÓCRITO REINALDO 21 - HUMBERTO GOMES DE BARROS 22 - MILTON LUIZ PEREIRA 23 - CESAR ASFOR ROCHA 24 - ADHEMAR MACIEL 25 - ANSELMO SANTIAGO 26 - RUY ROSADO DE AGUIAR 27 - VICENTE LEAL 28 - ARI PARGENDLER 29 - JOSÉ DELGADO 30 - JOSÉ ARNALDO 31 - FERNANDO GONÇALVES 32 - CARLOS ALBERTO MENEZES 33 - FELIX FISCHER DIREITO	01 - BUENO DE SOUZA (PRESIDENTE) 02 - AMÉRICO LUZ (VICE-PRESIDENTE) 03 - JOSÉ DANTAS 04 - WILLIAM PATTERSON 05 - ANTÔNIO DE PÁDUA RIBEIRO 06 - CID FLAQUER SCARTEZZINI 07 - COSTA LEITE 08 - NILSON NAVES 09 - EDUARDO RIBEIRO (DIR. REVISTA) 10 - JOSÉ DE JESUS FILHO 11 - EDSON VIDIGAL 12 - GARCIA VIEIRA (C. GERAL DA JF) 13 - LUIZ VICENTE CERNICCHIARO 14 - WALDEMAR ZVEITER 15 - FONTES DE ALENCAR 16 - SÁLVIO DE FIGUEIREDO 17 - HÉLIO MOSIMANN 18 - PEÇANHA MARTINS 19 - DEMÓCRITO REINALDO 20 - HUMBERTO GOMES DE BARROS 21 - ANSELMO SANTIAGO	01 - HÉLIO MOSIMANN (PRES. - 00/97) 02 - ANTÔNIO DE PÁDUA RIBEIRO 03 - JOSÉ DE JESUS FILHO 04 - PEÇANHA MARTINS 05 - DEMÓCRITO REINALDO 06 - GOMES DE BARROS 07 - MILTON LUIZ PEREIRA 08 - ARI PARGENDLER 09 - JOSÉ DELGADO 10 - ADHEMAR MACIEL SECRETÁRIO : JOÃO PEREIRA RAMAIS : 8026 / 8025 / 8397 1ª TURMA - 1ª E 3ª SEGUNDAS-FEIRAS E 4ª PRIMEIRAS QUINTAS-FEIRAS DO MÊS 01 - HUMBERTO G. DE BARROS (PRES. - 02/98) 02 - JOSÉ DE JESUS FILHO 03 - DEMÓCRITO REINALDO 04 - MILTON LUIZ PEREIRA 05 - JOSÉ DELGADO SECRETÁRIA : MARIA AUXILIADORA RAMAIS : 8022 / 8021 / 8024 2ª TURMA - 1ª E 3ª SEGUNDAS-FEIRAS E 4ª PRIMEIRAS QUINTAS-FEIRAS DO MÊS 01 - PEÇANHA MARTINS (PRES. - 06/98) 02 - ANTÔNIO DE PÁDUA RIBEIRO 03 - HÉLIO MOSIMANN 04 - ARI PARGENDLER 05 - ADHEMAR MACIEL SECRETÁRIA : EDINA MARIA OLIVEIRA RAMAIS : 8337/ 8336 / 8334
COMISSÃO DE REGIMENTO INTERNO		COMISSÃO DE JURISPRUDÊNCIA
- MINISTRO COSTA LEITE (PRES. -11/98) - MINISTRO EDSON VIDIGAL - MINISTRO FONTES DE ALENCAR - MINISTRO (SUPLENTE)		- MINISTRO JOSE DANTAS (PRES. - 06/97) - MINISTRO EDUARDO RIBEIRO (DIR. DA REVISTA) - MINISTRO ANTÔNIO DE PÁDUA RIBEIRO - MINISTRO DEMÓCRITO REINALDO - MINISTRO BARROS MONTEIRO - MINISTRO ANSELMO SANTIAGO

OBS.: EM CASO DE PEDIDO DE VISTA, SERÁ OBEDECIDA A ORDEM DE VOTAÇÃO

ATUALIZADA EM 30/04/97 16:20

DIREITO PRIVADO	MATÉRIA PENAL, DIREITOS PÚBLICO E PRIVADO	CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
2ª SEÇÃO SESSÕES: 2ª E 4ª QUARTAS-FEIRAS DO MÊS	3ª SEÇÃO SESSÕES: 2ª E 4ª QUARTAS-FEIRAS DO MÊS	01 - BUENO DE SOUZA (PRESIDENTE) 02 - AMÉRICO LUZ (VICE-PRESIDENTE) 03 - JOSÉ DANTAS 04 - WILLIAM PATTERSON 05 - ANTÔNIO DE PÁDUA RIBEIRO 06 - CID FLAQUER SCARTEZZINI
01 - WALDEMAR ZVEITER (11/98)	01 - EDSON VIDIGAL (PRES. - 06/98)	07 - COSTA LEITE 08 - NILSON NAVES 09 - JOSÉ DE JESUS FILHO 10 - GARCIA VIEIRA (C.GERAL DA JF) 11 - LUIZ VICENTE CERNICCHIARO 12 - FONTES DE ALENCAR 13 - SÁLVIO DE FIGUEIREDO 14 - HÉLIO MOSIMANN 15 - DEMÓCRITO REINALDO
02 - COSTA LEITE 03 - NILSON NAVES 04 - EDUARDO RIBEIRO 05 - FONTES DE ALENCAR 06 - SÁLVIO DE FIGUEIREDO 07 - BARROS MONTEIRO 08 - CÉSAR ASFOR ROCHA 09 - RUY ROSADO DE AGUIAR 10 - CARLOS ALBERTO MENEZES DIREITO	02 - JOSÉ DANTAS 03 - WILLIAM PATTERSON 04 - CID FLAQUER SCARTEZZINI 05 - LUIZ VICENTE CERNICCHIARO 06 - ANSELMO SANTIAGO 07 - VICENTE LEAL 08 - JOSÉ ARNALDO 09 - FERNANDO GONÇALVES 10 - FELIX FISCHER	SECRETÁRIO: MANOEL VILELLA MAGALHÃES RAMAL: 9414
SECRETÁRIA: DALETE B. DE MELO MAIA RAMAIS: 8073; 8075; 8070	SECRETÁRIO: MARIA DE FÁTIMA RAMAIS: 8272 / 8330 / 8331	CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL
3ª TURMA - 2ª E 4ª SEGUNDAS-FEIRAS E 4 PRIMEIRAS TERÇAS-FEIRAS DO MÊS	6ª TURMA - 2ª E 4ª SEGUNDAS-FEIRAS E 4 PRIMEIRAS TERÇAS-FEIRAS DO MÊS	01 - BUENO DE SOUZA (PRESIDENTE) 02 - AMÉRICO LUZ (VICE-PRESIDENTE) 03 - GARCIA VIEIRA (C.GERAL DA JF) 04 - LUIZ VICENTE CERNICCHIARO 05 - WALDEMAR ZVEITER 06 - MAURO LEITE SOARES (TRF 1ª) 07 - NEY MAGNO VALADARES (TRF 2ª) 08 - SEBASTIÃO DE O. LIMA (TRF 3ª) 09 - PEDRO M. PAIM FALCÃO (TRF 4ª) 10 - NEREU P. SANTOS FILHO (TRF 5ª)
01 - COSTA LEITE (PRES. - 11/98) 02 - NILSON NAVES 03 - EDUARDO RIBEIRO 04 - WALDEMAR ZVEITER 05 - CARLOS ALBERTO MENEZES DIREITO	01 - EDSON VIDIGAL (PRES. - 06/97) 02 - JOSÉ DANTAS 03 - CID FLAQUER SCARTEZZINI 04 - JOSÉ ARNALDO 05 - FELIX FISCHER	SUPLENTE
SECRETÁRIA: LEILA MARIA RAMAIS: 8361 / 8363 / 8365	SECRETÁRIA: JÚNIA OLIVEIRA RAMAIS: 8050/ 8374 / 8376	01 - FONTES DE ALENCAR 02 - SÁLVIO DE FIGUEIREDO 03 - BARROS MONTEIRO 04 - NELSON GOMES DA SILVA (TRF 1ª) 05 - TÂNIA BASTOS HEINE (TRF 2ª) 06 - JORGE T. F. SCARTEZZINI (TRF 3ª) 07 - ELLEN G. NORTHFLEET (TRF 4ª) 08 - FRANCISCO FALCÃO (TRF 5ª)
4ª TURMA - 2ª E 4ª SEGUNDAS-FEIRAS E 4 PRIMEIRAS TERÇAS-FEIRAS DO MÊS	6ª TURMA - 2ª E 4ª SEGUNDAS-FEIRAS E 4 PRIMEIRAS TERÇAS-FEIRAS DO MÊS	SECRETÁRIO: PAULO CÉSAR LOPES P. LIMA TELEFONE: 348-3015
01 - SÁLVIO DE FIGUEIREDO (PRES.- 08/97) 02 - FONTES DE ALENCAR 03 - BARROS MONTEIRO 04 - CÉSAR ASFOR ROCHA 05 - RUY ROSADO DE AGUIAR	01 - ANSELMO SANTIAGO (PRES. - 06/97) 02 - WILLIAM PATTERSON 03 - LUIZ VICENTE CERNICCHIARO 04 - VICENTE LEAL 05 - FERNANDO GONÇALVES	
SECRETÁRIA: CLÁUDIA ATHAYDE RAMAIS: 8369 / 8366 / 8371	SECRETÁRIO: MARIA DO SOCORRO RAMAIS: 8389 / 8387 / 8385	
COMISSÃO DE DOCUMENTAÇÃO		COMISSÃO DE COORDENAÇÃO
- MINISTRO CID FLAQUER SCARTEZZINI (PRES. -06/97) - MINISTRO JOSÉ DE JESUS FILHO - MINISTRO SÁLVIO DE FIGUEIREDO - MINISTRO CARLOS ALBERTO MENEZES DIREITO		- MINISTRO NILSON NAVES (PRES. -08/97) - MINISTRO GARCIA VIEIRA (C. GERAL DA J.F.) - MINISTRO PEÇANHA MARTINS - MINISTRO HUMBERTO GOMES DE BARROS (SUPLENTE)

0BS.: EM CASO DE PEDIDO DE VISTA, SERÁ OBEDECIDA A ORDEM DE VOTAÇÃO

ATUALIZADA EM 30/04/97 16:20

Fonte: Secretaria De Recursos Humanos

HOMENAGENS

- em decorrência da aposentadoria, ao Ministro ANTÔNIO TORREÃO BRAZ, na Sala do Tribunal Pleno, em 27/09/96;
- em decorrência da aposentadoria, ao Ministro JESUS COSTA LIMA, na Sala do Tribunal Pleno, em 06/11/96;
- em decorrência de falecimento, ao Ministro MÁRCIO RIBEIRO, na Sala do Tribunal Pleno, em 21/06/96.

POSSES

- Ministro JOSÉ ARNALDO DA FONSECA, na Sala do Tribunal Pleno, em 27/06/96, em vaga decorrente da aposentadoria do Exmo. Sr. Ministro ANTÔNIO TORREÃO BRAZ;

- Ministro FERNANDO GONÇALVES, na Sala do Tribunal Pleno, em 27/06/96, em vaga decorrente da aposentadoria do Exmo. Sr. Ministro JESUS COSTA LIMA;
- Ministro CARLOS ALBERTO MENEZES DIREITO, na Sala do Tribunal Pleno, em 27/06/96, em vaga decorrente da aposentadoria do Exmo. Sr. Ministro FRANCISCO CLÁUDIO DE ALMEIDA SANTOS;
- Ministro FELIX FISCHER, na Sala do Tribunal Pleno, em 17/12/96, em vaga decorrente da aposentadoria do Exmo. Sr. Ministro FRANCISCO DE ASSIS TOLEDO.

APOSENTADORIAS

- Ministro FRANCISCO CLÁUDIO DE ALMEIDA SANTOS, facultativamente, em 18/03/96;
- Ministro FRANCISCO DE ASSIS TOLEDO, compulsoriamente por invalidez, em 15/07/96.

FALECIMENTOS

- Ministro JOSÉ DA AGUIAR DIAS, em 10/09/96, na cidade do Rio de Janeiro;
- Ministro INÁCIO MOACIR CATUNDA MARTINS, em 02/10/96, em Brasília.

MINISTROS ELEITOS E EMPOSSADOS NO TSE E CJF - 1996

- Ministro COSTA LEITE - Corregedor do TSE;
- Ministro NILSON NAVES - Membro Efetivo do TSE;
- Ministro JOSÉ DE JESUS FILHO - Membro Suplente do TSE;
- Ministro BARROS MONTEIRO - Membro Suplente do CJF.

Fonte: SRH/Divisão de Legislação de Pessoal/Seção de Magistrados

ANEXO 3
Pesquisas e publicações

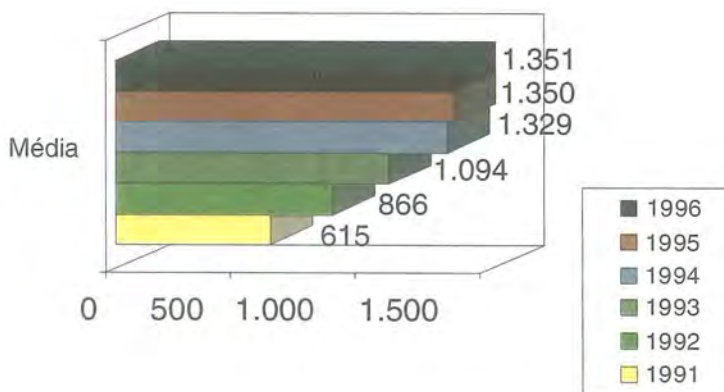
TOTAL DE PESQUISAS REALIZADAS NO ANO DE 1996

MESES	TOTAL DE PESQUISAS	MÉDIA DIÁRIA	TOTAL DE GABINETES	TOTAL DE ADVOGADOS
*JANEIRO	741	41	60	528
FEVEREIRO	1.314	73	287	786
MARÇO	1.592	83	304	930
ABRIL	869	87	115	614
MAIO	1.980	90	217	1.406
JUNHO	1.372	80	157	1.038
*JULHO	1.048	45	66	842
AGOSTO	1.671	76	217	1.209
SETEMBRO	1.591	75	177	1.147
OUTUBRO	1.624	77	269	1.151
NOVEMBRO	1.484	78	184	1.075
DEZEMBRO	935	66	119	700
TOTAL	16.221	73	2.172	11.426

OBS:* Os meses de **janeiro, julho e dezembro** são considerados atípicos em virtude do **Recesso Regimental**.

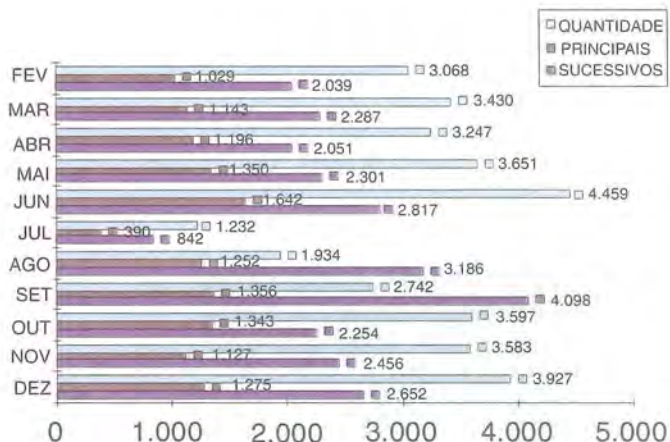
Fonte: Secretaria de Jurisprudência

MÉDIA MENSAL DE PESQUISAS PROCESSUAIS

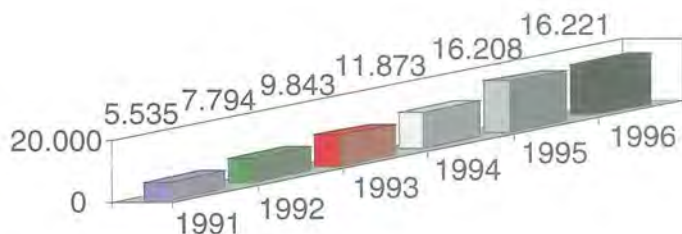


Fonte: Secretaria de Jurisprudência

DISTRIBUIÇÃO DOS ACÓRDÃOS PUBLICADOS EM 1996



QUADRO COMPARATIVO DO TOTAL DE PESQUISAS REALIZADAS PELA SEÇÃO DE PESQUISA DE JURISPRUDÊNCIA



Fonte: Secretaria de Jurisprudência

PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃOS EM 1996

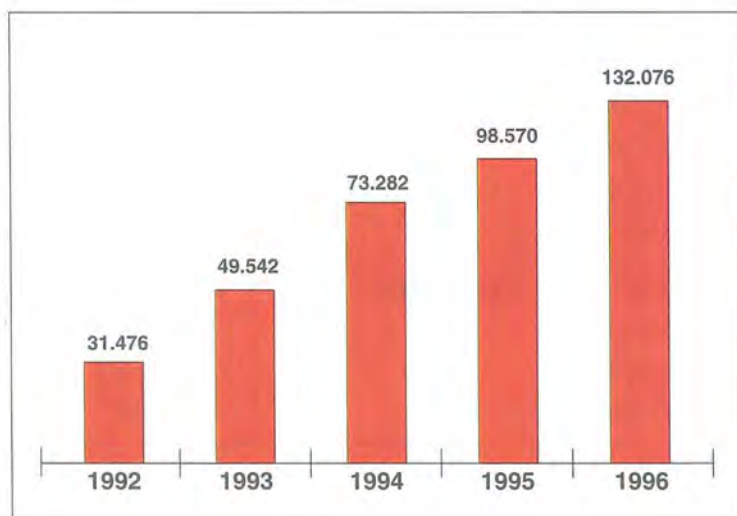
Mês	Dia	Quantidade	Principais	%	Sucessivos	%
FEVEREIRO	05	859	301		558	
	12	703	207		496	
	26	1.506	521		985	
SOMA		3.068	1.029	33,54	2.039	66,46
MARÇO	04	719	268		451	
	11	1.225	378		847	
	18	919	279		640	
	25	566	218		348	
SOMA		3.430	1.143	32,32	2.287	66,68
ABRIL	01	664	275		407	
	08	400	163		237	
	15	716	325		391	
	22	951	296		655	
	29	516	155		361	
SOMA		3.247	1.196	36,83	2.051	63,17
MAIO	06	886	355		531	
	13	743	240		503	
	20	784	311		473	
	27	1.238	444		794	
SOMA		3.651	1.350	36,98	2.301	63,02
JUNHO	03	963	380		583	
	10	1.456	512		944	
	17	791	313		478	
	24	1.249	437		812	
SOMA		4.459	1.642	36,82	2.817	63,18
JULHO	01	1.232	390		842	
SOMA		1.232	390	31,66	842	68,34
AGOSTO	05	1.286	470		816	
	12	338	139		199	
	19	747	294		453	
	26	815	349		466	
SOMA		3.186	1.252	39,30	1.934	60,70

SETEMBRO	02	752	284		468	
	09	777	218		559	
	16	991	306		685	
	23	868	301		567	
	30	710	247		463	
SOMA		4.098	1.356	33,10	2.742	66,90
OUTUBRO	07	738	263		475	
	14	973	413		560	
	21	823	302		521	
	29	1.063	365		698	
SOMA		3.597	1.343	37,34	2.254	62,66
NOVEMBRO	04	927	288		639	
	11	1.280	366		913	
	18	681	237		444	
	25	695	235		457	
SOMA		3.583	1.127	31,43	2.456	68,57
DEZEMBRO	02	975	312		663	
	09	875	283		592	
	19	2.077	680		1.397	
SOMA		3.927	1.275	32,46	2.652	67,54
TOTAL		37.478	13.103	34,96	24.375	65,04

- quantidade de publicações: 41 - média semanal: 914 - média mensal: 3.407

Fonte: Secretaria de Jurisprudência

*TOTAL DE ACÓRDÃOS PUBLICADOS
ATÉ NOVEMBRO*



Fonte: Secretaria de Jurisprudência

*DEMONSTRATIVO ESTATÍSTICO DAS ATIVIDADES
REALIZADAS PELA DIVISÃO DE PESQUISA DA
BIBLIOTECA NO ANO DE 1996*

PESQUISAS	TOTAL
1. Pesquisas exaustivas:	
. Doutrina	2.038
. Legislação	308
. Jurisprudência	68
2. Atendimento ao usuário:	
. Doutrina	9.752
. Legislação	6.596
. Jurisprudência	7.887

CIRCULAÇÃO DO ACERVO	TOTAL
1. Empréstimo de Publicações	8.552
2. Baixas (Devolução de obras)	8.922
3. Guarda de livros	18.539

CÓPIAS REPROGRÁFICAS	TOTAL
1. Cópias fornecidas	350.279

PUBLICAÇÕES EDITADAS PELA BIBLIOTECA	
DIVULGAÇÃO INTERNA E EXTERNA	TOTAL
1. Alerta de Concursos Públicos	3.400
2. Artigos Jurídicos	858
3. Bibliografia Especializada	250
4. Boletim da Biblioteca (*)	-
5. Cobrança de Obras em Atraso	620
6. Direito e Justiça (*)	-
7. Ementário em Ato Oficiais	1.700
8. Informativo Jurídico	1.500
9. Lista de intercâmbio de documentos	18
10. Lista de Novas Aquisições	630

(*) Ainda não foi entregue pela Gráfica do Conselho da Justiça Federal para distribuição.

Estatísticas da Revista

*TRABALHOS DESENVOLVIDOS PELO GABINETE
NO CORRER DE 1996*

Trabalhos/Obras	Quantidade
Atos administrativos internos (correspondências oficiais, editais, portarias, diversos)	247
Boletim de Julgados do Superior Tribunal de Justiça	12
Boletim de Serviço do Superior Tribunal de Justiça	23
Boletim do Superior Tribunal de Justiça	19
Ementário da Jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça	3
Índices (Boletim - Revista - Ementário - Regimento e Súmulas)	35
Relatório das publicações por Ministro	32
Revista do Superior Tribunal de Justiça	12
Regimento Interno e Súmulas	1
Total	384

*ACÓRDÃOS SOLICITADOS E ENCAMINHADOS AOS
REPOSITÓRIOS CREDENCIADOS PARA PUBLICAÇÃO*

Repositórios	Quantidade
Revista de Julgados do Tribunal de Alçada do Estado de Minas Gerais	20 acórdãos
Revista de Direito do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro	37 acórdãos
Jurisprudência Brasileira - Editada pela Juruá Editora Ltda	566 acórdãos
Revista de Direito Renovar - Editada pela Editora Renovar Ltda	275 acórdãos
Revista de Julgados e Doutrina do Tribunal de Alçada Criminal do Estado de São Paulo	102 acórdãos
Revista de Jurisprudência Mineira - Editada pelo Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais	85 acórdãos
LEX - Jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça - Editada pela LEX Editora S/A	1.954acórdãos
Total	3.039 acórdãos

*ACÓRDÃOS ANALISADOS, CLASSIFICADOS, VERBETADOS
E PUBLICADOS NA REVISTA DO
SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA E
NO BOLETIM DE JULGADOS*

Mês	Quantidade
Janeiro	80
Fevereiro	77
Março	80
Abril	109
Maió	87
Junho	87
Julho	83
Agosto	82
Setembro	82
Outubro	110
Novembro	87
Dezembro	60
Janeiro/97 ⁽¹⁾	94
Fevereiro/97 ⁽¹⁾	86
Total	1.204

¹ Obras encaminhadas à publicação em dezembro de 1996.

DISTRIBUIÇÃO EFETUADA

Publicação	Volumes/Número	Distribuição
Revista do Superior Tribunal de Justiça (brochura)	75 ao 86 (12)	5.760
Revista do Superior Tribunal de Justiça (encadernada)	74 ao 85 (12)	396
Revista Lex	75 ao 86 (12)	420
Revista Trimestral de Jurisprudência	153 ao 157 (15)	990
Revista de Dados Biográficos	1ª edição	111
Ementário da Jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça	V. I. nº 1 e 13 ao 15 (4)	1.920
CD-ROM	07 ao 12 (6)	252
Disquetes do Regimento Interno e relatório das publicações	33 + 32	65
Boletim do Serviço do STJ	01 ao 22 (22)	3.300
Boletim da estrutura organizacional do STJ	1	221
Boletim do Superior Tribunal de Justiça	1 ao 18 (18)	23.940
Boletim de Julgados do STJ	75 ao 86 (12)	6.840
Revista "Impeachment" do Supremo Tribunal Federal	1	66
Regimento Interno do STJ	3ª edição	737
Total distribuído	45.018	

ANEXO 4

Orçamento comparativo do
Superior Tribunal de Justiça

SECRETARIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS
DIVISÃO DE PROGRAMAÇÃO
ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

PROGRAMA / ELEMENTO	DESPESAS EXECUTADAS EM 1995	DESPESAS EXECUTADAS EM 1996	DESPESAS PREVISTAS PARA 1997
Processamento de causas (pessoal)	61.985.971,73	73.591.173,00	76.558.976,00
Processamento de causas (outros custeios)	14.863.434,59	21.549.178,57	23.047.000,00
Capacitação de recursos humanos	382.267,21	488.037,88	1.081.550,00
Manutenção dos serviços de process. dados	3.343.539,52	4.758.243,08	4.924.000,00
Conservação e reparo de imóveis	2.593.231,24	826.534,83	2.764.500,00
Assistência médica e odontológica	5.208.432,56	5.681.985,07	3.893.500,00
Assistência pré-escolar	618.717,72	802.000,00	1.164.000,00
Concessão de vale-transporte	92.156,85	131.645,82	184.300,00
Auxílio-refeição	3.777.290,63	5.018.243,07	6.068.320,00
Execução de sentenças judiciais	440.175,16	187.016,47	1.957.000,00
Encargos com inativos e pensionistas	26.520.782,85	35.673.067,88	31.631.300,00
Construção do edifício do STJ	3.404.753,52	0,00	0,00
Auxílio ao serv. público	37.601,16	0,00	0,00
TOTAL	123.268.354,14	148.707.125,67	153.274.446,00

ANEXO 5
Atividades da Secretaria de
Serviços Integrados de Saúde

QUANTITATIVO DE ATIVIDADES EXERCIDAS
X NÚMERO DE ATENDIMENTOS REALIZADOS
DURANTE O ANO DE 1996

DIVISÃO DE ASSISTÊNCIA MÉDICA E SOCIAL

ATIVIDADES	ATENDIMENTOS
01. CONSULTAS MÉDICAS	8.253
02. FISIOTERAPIAS	3.336
03. ASSISTÊNCIA SOCIAL	2.309
04. ASSISTÊNCIA PSICOLÓGICA	1.797
05. NUTRIÇÃO CLÍNICA	364
06. ASSISTÊNCIA ODONTOLÓGICA	5.621
07. ENFERMAGEM	5.243
Subtotal dos itens 01 a 07	26.923

DIVISÃO DE ATIVIDADES AUXILIARES

08. MOVIMENTAÇÃO DE PRONTUÁRIOS	16.049
09. ABERTURA DE NOVOS PRONTUÁRIOS	3.718
10. RECEPÇÃO E ORIENTAÇÃO	47.446
11. FOE'S ENTREGUES	1.811
12. CONTRATOS/CONVÊNIOS	87
13. EXAME PERIÓDICO DE SAÚDE	413
Subtotal dos itens 08 a 13	69.524

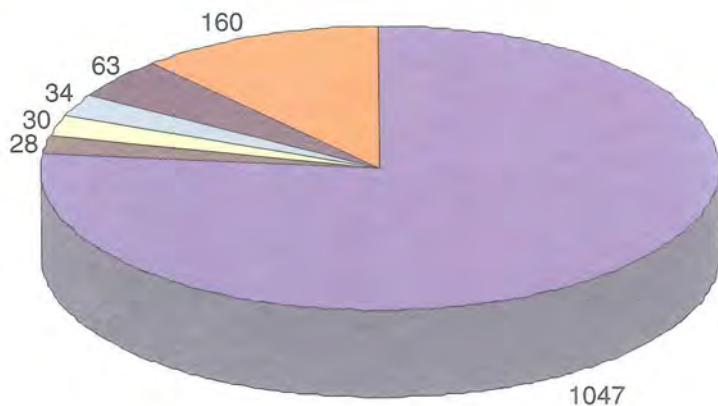
DIVISÃO DE BENEFÍCIOS

14. CADASTRO PRÓ-SER	35.734
15. ATENDIMENTO FONE/BALCÃO	18.800
16. CARTEIRAS EMITIDAS/ENTREGUES	10.600
17. CADASTRO UNIMED	1.739
18. GUIAS ANALISADAS E PAGAS	65.200
19. SOLICITAÇÕES DE REEMBOLSO	1.900
20. OUTROS	2.894
Subtotal dos itens 14 a 20	136.837
TOTAL GERAL	233.284

ANEXO 6

Cursos e treinamentos

NÚMERO TOTAL DE TREINADOS EM 1996: 1.362



- Eventos Internos e Externos
- Programa Supletivo
- Curso de Pós-Graduação em Administração Judiciária STJ/FGV
- Projeto de Treinamento Gerencial Modular
- Curso de Supervisão Operacional
- Projetos de Relações Interpessoais - Áreas de Segurança e Taquigrafia

Fonte: Secretaria de Recursos Humanos

ANEXO 7

Mostra da Página do Superior
Tribunal de Justiça na Internet

Institucional

Atribuições Ministros
Biblioteca Súmulas
Regim. Interno Legislação
Fotos da Sede Funcionamento
Museu



Acomp. Processual

Jurisprudência

Notícias

Outros Locais

[\[Institucional\]](#) [\[Acomp. Processual\]](#) [\[Jurisprudência\]](#) [\[Notícias\]](#) [\[Outros Locais\]](#)

Desenvolvido pelo Superior Tribunal de Justiça
E-mail: webmaster@stj.gov.br

LEIS RELATIVAS AO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Abaixo se encontram leis que dizem respeito ao Superior Tribunal de Justiça.

Lei nº 8.038

Institui normas procedimentais para os processos que especifica, perante o Superior Tribunal de Justiça e o Supremo Tribunal Federal.

Dispõe sobre a composição e a competência do Conselho da Justiça Federal.

Lei nº 8.472

Lei nº 8.950

Altera dispositivos do Código de Processo Civil, relativos aos recursos.

Altera dispositivos do Código de Processo Civil sobre as ações de consignação em pagamento e de usucapião.

Lei nº 8.951

Lei nº 8.952

Altera dispositivos do Código de Processo Civil sobre o processo de conhecimento e o processo cautelar.

Altera dispositivos do Código de Processo Civil relativos ao processo de execução.

Lei nº 8.953

Esta página está em constante atualização

E-mail: webmaster@stj.gov.br

ATRIBUIÇÕES DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

O SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA foi criado pela Constituição de 1988, com a finalidade de interpretar a legislação federal e unificar a jurisprudência nacional, ressalvadas as matérias de natureza constitucional, reservadas à apreciação do Supremo Tribunal Federal. Sua destinação não se resume à cassação das decisões provenientes dos Tribunais de Justiça dos Estados e dos Tribunais Regionais Federais. Ao conhecer dos recursos especiais que lhe são dirigidos, cumpre-lhe também julgar a causa, poupando-se a prestação jurisdicional dos transtornos e delongas que envolveria o retorno do processo à origem. Trata-se, portanto, de uma Corte Judiciária de características originais.

Entre as atribuições do Superior Tribunal de Justiça inclui-se a de processar e julgar, nos crimes comuns, os governadores dos Estados e do Distrito Federal e, nos de responsabilidade, os desembargadores dos Tribunais de Justiça, os membros dos Tribunais de Contas estaduais, dos Tribunais Regionais Federais, dos Tribunais Regionais Eleitorais e dos Tribunais Regionais do Trabalho. O Tribunal também aprecia mandados de segurança, "habeas corpus" e "habeas data" impetrados contra ato de Ministro de Estado e de governadores, além de resolver conflitos de competência entre tribunais, ressalvados os casos da competência exclusiva do Supremo Tribunal Federal e da Justiça Eleitoral.

Além disso, cabe-lhe decidir, em recurso ordinário, mandados de segurança e "habeas corpus" impetrados junto a tribunais a ele diretamente vinculados, quando as decisões originárias sejam denegatórias.

Entre os recursos de competência do Superior Tribunal sobressai o recurso especial, cujo principal escopo é a harmoniosa interpretação do direito federal, nas hipóteses previstas pelo regime Constitucional. Sua competência está prevista nos artigos 104 e 105 da Constituição, aplicando-se-lhe também as disposições das Leis 8.038, de 28/05/90 e 8.658, de 26/05/93.

Junto ao Superior Tribunal funciona o Conselho da Justiça Federal, destinado a exercer a supervisão administrativa e elaborar o orçamento da Justiça Federal. Presidido pelo Ministro Presidente do Superior Tribunal de Justiça, o Conselho da Justiça Federal é ainda integrado pelo Ministro Vice-Presidente do Tribunal, pelo Ministro Coordenador-Geral da Justiça Federal e mais dois ministros da Casa, escolhidos pelo critério de antiguidade, além dos cinco Juizes Presidentes dos Tribunais Regionais Federais.

FUNCIONAMENTO

A função jurisdicional do Superior Tribunal de Justiça está distribuída, pelo critério da especialização, entre Corte Especial, três Seções e seis Turmas. A Corte Especial é composta por 21 ministros: o Presidente, o Vice-Presidente, o Coordenador-Geral da Justiça Federal e os seis ministros mais antigos de cada uma das três Seções. As seis Turmas do Superior Tribunal de Justiça são integradas por cinco ministros cada uma.

As causas mais relevantes, envolvendo as autoridades mais graduadas, como governadores de Estado, desembargadores e membros de Tribunais são processadas e julgadas perante a Corte Especial.

A Primeira Seção, composta pelos dez ministros integrantes da Primeira e da Segunda Turmas, aprecia matérias de direito público, como as que dizem respeito aos servidores, tanto estaduais quanto federais, desapropriações, etc.

A Segunda Seção, composta pelos dez ministros que integram a Terceira e a Quarta Turmas, decide sobre matéria de direito privado, como contratos, família, sucessões e direito comercial.

Aos dez ministros da Terceira Seção, que integram a Quinta e Sexta Turmas, incumbe o julgamento das causas que envolvam matérias de direito penal, como "habeas corpus", bem assim como questões previdenciárias, mandados de segurança contra ministros de Estado e causas de direito público e privado não abrangidas pela competência da Primeira e Segunda Seções.

As funções administrativas do Tribunal são exercidas pelo Plenário, integrado pela totalidade de seus membros. Ao Plenário cabe dar posse aos membros do Tribunal, bem como ao seu Presidente, ao Vice-Presidente e membros do Conselho da Justiça Federal; elaborar as listas tríplices para escolha de novos membros e deliberar sobre projetos de lei a serem submetidos ao Congresso Nacional, nos termos da Constituição.

Página desenvolvida pelo Superior Tribunal de Justiça

E-mail: webmaster@stj.gov.br

CONSULTA PROCESSUAL



Página em Construção

Código do Processo



Pesquisar

[Ajuda](#)

Na pesquisa acima, mostrar os processos em ordem cronológica decrescente

Esta página está em constante atualização.

E-mail: webmaster@stj.gov.br

MINISTROS

O Superior Tribunal de Justiça compõe-se de 33 ministros, nomeados pelo presidente da República, depois de aprovada a indicação pelo Senado Federal. Os ministros são escolhidos através de listas triplices, por voto secreto, pela maioria do Plenário, que se reúne especificamente para esse fim.

Podem ser ministros do Superior Tribunal de Justiça os brasileiros com mais de trinta e cinco e menos de sessenta e cinco anos, de notável saber jurídico e reputação ilibada, conforme determina o texto constitucional. Um terço das vagas é preenchido por juizes dos Tribunais Regionais Federais e um terço é composto por desembargadores dos Tribunais de Justiça; o terço restante é reservado, em partes iguais, a advogados e membros do Ministério Público Federal, Estadual, do Distrito Federal e dos Territórios, alternadamente, desde que tenham mais de dez anos de efetiva atividade profissional e sejam indicados, em listas sêxtuplas, pelos seus órgãos de representação.

Para sua composição inicial, a Constituição de 1988 determinou o aproveitamento dos ministros que integravam o Tribunal Federal de Recursos, instalado no antigo Distrito Federal, em conformidade com o que estabelecia a Constituição de 1946. O Tribunal Federal de Recursos, extinto pela Constituição de 1988, foi substituído pelos cinco Tribunais Regionais Federais hoje existentes.

Esta página está em constante atualização
E-mail: webmaster@stj.gov.br

A SEDE DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

A sede do Superior Tribunal de Justiça está localizada em Brasília, no Distrito Federal, no Setor de Administração Federal Sul, Quadra 6, lote 1, Cep 70095-970. Concepção arquitetônica de Oscar Niemeyer, o Superior Tribunal ocupa 133.569,60 metros quadrados de área construída, e está distribuído por um conjunto de cinco edifícios, com um subsolo. Sua nova sede, construída entre junho de 1989 e junho de 1995, data de sua inauguração oficial, e hoje uma das atrações turísticas de Brasília, por sua beleza, imponência e originalidade. Veja abaixo alguns exemplos da arquitetura do Tribunal.



VISTA FRONTAL DA SEDE



VISTA EXTERNA DO PRÉDIO DOS PLENÁRIOS



FACHADA DO SALÃO DE RECEPÇÕES



ESPELHO D'ÁGUA E VISTA LATERAL DO PRÉDIO DOS PLENÁRIOS



VISTA LATERAL DO
PRÉDIO DOS PLENÁRIOS



VISTA AÉREA DA SEDE



TRIBUNAL PLENO DO STJ



VITRAL DO TRIBUNAL PLENO



FACHADA DO SALÃO
DE RECEPÇÕES



MURAL DO SALÃO DE RECEPÇÕES

Para visitar a sede do Tribunal basta marcar horário e data com a Assessoria de Relações Públicas, pelos telefones (061) 319-6561 ou pelo fax (061) 319-6456. O Superior Tribunal de Justiça dispõe ainda de um Museu (061) 319-8152, de uma Assessoria de Cerimonial e Relações Internacionais, uma Assessoria de Comunicação Social, telefone (061) 319-6084 e fax (061) 319-6456, e de uma biblioteca especializada em assuntos jurídicos, com 24.000 volumes.

Esta página está em constante atualização.

E-mail: webmaster@stj.gov.br

BIBLIOTECA MINISTRO OSCAR SARAIVA

A Biblioteca Ministro Oscar Saraiva está situada no 1º andar do bloco "F" (administração), na sede do Superior Tribunal de Justiça e está aberta ao público no período de 8 às 19 horas, de 2ª a 6ª feira.

Seu acervo bibliográfico é composto de livros, periódicos, obras de referência, folhetos, teses, separatas e materiais especiais. É essencialmente voltado para a área jurídica, com ênfase em todos os ramos do Direito.

A Biblioteca dispõe de:

- 24 mil volumes de livros;
- 450 títulos de periódicos;
- 1.700 folhetos e separatas;
- 229 teses;
- coleção completa dos Diários da Justiça, desde 1948;
- coleção do Diário Oficial:
 - encadernada: mar/1948 a dez/1986;
 - microfilmada: jan/1980 a set/1993;
 - CD-ROM: jan/1993 a jun/1996.
- A Coleção Especial de Obras Raras reúne cerca de 1.600 volumes.

O acervo está organizado de acordo com o Sistema de Classificação Decimal Universal (CDU). O processo de busca é feito via computador.

A Biblioteca do Tribunal edita as seguintes publicações:

- Atos Normativos do STJ (divulga as normas emanadas do Tribunal);
- Bibliografia Especializada (divulga bibliografia sobre determinado assunto da área jurídica);
- Boletim da Biblioteca (divulga o acervo bibliográfico atualizado);
- Direito e Justiça (divulga a referência bibliográfica dos artigos jurídicos publicados semanalmente no Caderno Direito e Justiça, do Correio Braziliense);
- Informativo Jurídico da Biblioteca Ministro Oscar Saraiva (divulga artigos dos Ministros do Tribunal, relaciona novas publicações adquiridas e compila bibliografias específicas sobre temas da área jurídica);
- Alerta de Concursos Públicos (divulga editais e avisos de concursos públicos);
- Artigos Jurídicos (divulga os artigos de periódicos contidos nas revistas jurídicas recebidas pela Biblioteca);
- Ementário de Atos Oficiais (divulga os principais atos emanados do STJ, CJF, demais Tribunais e Poderes Legislativo e Executivo);
- Novas Aquisições (divulga os livros recém-adquiridos para compor o acervo bibliográfico).

ARQUIVO-GERAL

O Arquivo-Geral é responsável pela guarda, conservação e recuperação dos processos originários, documentos administrativos e acórdãos do extinto Tribunal Federal de Recursos e do Superior Tribunal de Justiça. Detém o armazenamento em meio óptico e já disponibiliza em meio magnético o Inteiro Teor dos Acórdãos do STJ, desde 1989. Tem armazenados e prontos para consulta mais de 125.000 acórdãos. Localiza-se no 2º andar do bloco F (Administração), e atende no âmbito da Secretaria aos usuários externos de 2ª a 6ª feira no horário de 12:00 às 18:00 h, e via FAX ou correio as solicitações de acórdãos dos usuários de outros Estados, após a comprovação de depósito realizado na conta nº19/1, ag. 3592-0 do Banco do Brasil. (Tel. 319-9043 - FAX 319-9283).

Esta página está em constante atualização.

E-mail: webmaster@stj.gov.br

MUSEU DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

O Museu do Superior Tribunal de Justiça, criado em 1990, compõe-se de documentos, fotografias, mobiliário e outros objetos que retratam a história do Poder Judiciário brasileiro.

O horário de funcionamento é de segunda a sexta-feira, de 13 às 18 horas. As visitas poderão ser marcadas pelo telefone (061) 319-8154.

Esta página está em constante atualização.
E-mail: webmaster@stj.gov.br

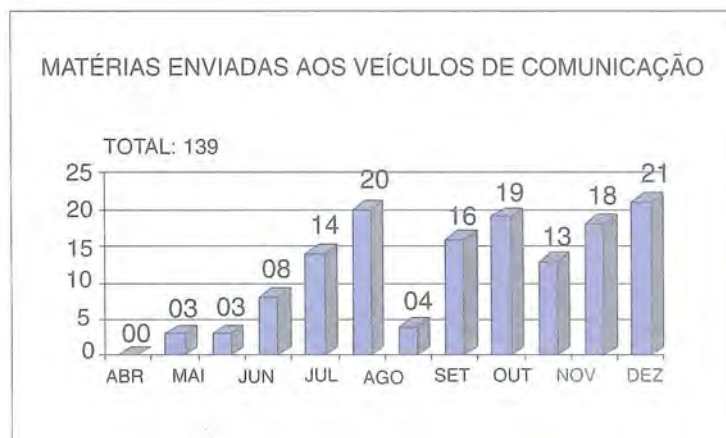
ANEXO 8

Notícias elaboradas e publicadas
sobre o Superior Tribunal de Justiça

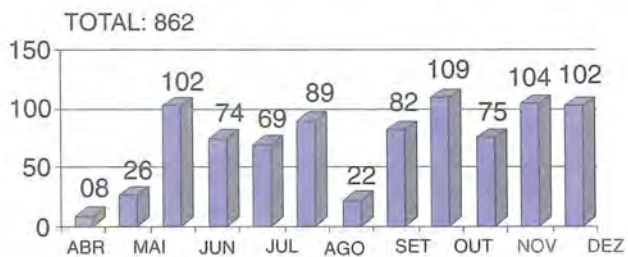
A PARTICIPAÇÃO DO STJ NOS VEÍCULOS DE COMUNICAÇÃO



Obs.: A Voz do Brasil passou a veicular notícias do Poder Judiciário em 29/04/96.



NOTÍCIAS PUBLICADAS SOBRE O STJ EM JORNAIS DE GRANDE CIRCULAÇÃO



Fonte: Assessoria de Imprensa

ANEXO 9

Visitas, audiências e eventos

VISITAS DO MINISTRO-PRESIDENTE À CÂMARA DOS DEPUTADOS

- Audiência Pública na Comissão Especial para apreciação da PEC 96/92 (Reforma do Poder Judiciário)
- Comissão Mista de Orçamento - Relator Dep. IBERÉ FERREIRA - PL/RN - Orçamento de 1996
- Comissão Mista de Orçamento - Relator Sen. CARLOS BEZERRA - PMDB/MT - Orçamento de 1997
- Presidência do Senado Federal
Presidente Senador José Sarney - PMDB/AP
- Liderança do Governo no Senado Federal
Líder Senador ÉLCIO ALVARES - PFL/ES
- Liderança do PFL no Senado Federal
Líder Senador HUGO NAPOLEÃO - PFL/PI
- Liderança do PPB no Senado Federal
Líder Senador EPITÁCIO CAFETEIRA - PPB/MA
- Liderança do Governo no Congresso Nacional
Líder Deputado GERMANO RIGOTTO - PMDB/RS
- Liderança do PMDB na Câmara dos Deputados
Líder Deputado MICHEL TEMER - PMDB/SP
- Liderança do PFL na Câmara dos Deputados
Líder Deputado INOCÊNCIO OLIVEIRA - PFL/PE
- Liderança do PSBD na Câmara dos Deputados
Líder Deputado JOSÉ ANIBAL

- Gabinete do Deputado FERNANDO LYRA - PSDB/PE
Líder do PSB na Câmara dos Deputados e Relator na Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público, do Projeto de Lei 1.059/95 (Plano de Carreira dos Servidores do Poder Judiciário).
- Gabinete do Deputado ARNALDO MADEIRA - PSDB/SP
Representante do Governo na Comissão Mista de Orçamento

VISITAS DE AUTORIDADES AO STJ

- Vice-Presidente da República, Sr. MARCO MACIEL
- Governador do Distrito Federal - Prof. CRISTOVAM BUARQUE
- Presidente do STF - Ministro SEPÚLVEDA PERTENCE
- Presidente do TST - Ministro JOSÉ AJURICABA
- Presidente do TST - Ministro PEDRO PEDRASSANI
- Presidente do TCU - Ministro MARCOS VILAÇA
- Ministro da Justiça - Dr. NELSON JOBIM
- Ministro da Previdência e Assistência Social - Dr. REINHOLD STEPHANES
- Ministro Extraordinário de Política Fundiária - Dr. RAUL JUNGSMANN
- Senador JOSÉ ROBERTO ARRUDA

- Senador LAURO CAMPOS
- Senador RONALDO CUNHA LIMA
- Deputado ANDRÉ PUCCINELLI
- Deputado ARI MAGALHÃES
- Deputado ARNALDO MADEIRA
- Deputado AUGUSTO NARDES
- Deputado BENEDITO DOMINGOS
- Deputado COREOLANO SALES
- Deputado FEU ROSA
- Deputado GIOVANI QUEIROZ
- Deputado HUMBERTO COSTA
- Deputado JAIRO CARNEIRO
- Deputado JOFRAN FREJAT
- Deputado JOSÉ LUIZ CLEROT
- Deputado JOÃO COSER
- Deputada MARTA SUPLICY
- Deputado NAM SOUZA
- Deputado NESTOR DUARTE

- Deputado OSÓRIO ADRIANO
- Deputado PAULO BAUER
- Deputado PEDRINHO ABRAÃO
- Deputado RAIMUNDO SANTOS
- Deputado RÉGIS DE OLIVEIRA
- Deputado ROBERTO FONTES
- Deputada SANDRA STARLING
- Deputado SARNEY FILHO
- Deputado WAGNER ROSSI
- Deputado WIGBERTO TARTUCE
- Embaixador do Paraguai - Exmo. Sr. DIDO FLORENTIN
- Embaixador do Uruguai - Exmo. Sr. MARIO CESAR FERNÁNDEZ
- Embaixador do Marrocos - Exmo. Sr. LARBI REFFOUH
- Embaixador da Espanha - Exmo. Sr. Dr. CARLOS BLASCO
- Embaixador da Itália - Exmo. Sr. OLIVIERO ROSSI
- Embaixador da Guatemala - Exmo. Sr. OSCAR AUGUSTO ZELAYA CORONADO
- Embaixador do Equador - Exmo. Sr. CÉSAR VALDIVIESCO CHIRIBOGA

- Embaixador da Argentina - Exmo. Sr. DIEGO GUELAR
- Embaixador de Portugal - Exmo. Sr. PEDRO RIBEIRO DE MENEZES
- Embaixador de Angola - Exmo. Sr. ALFREDO MANUEL SALVATERRA NETO
- Vice-Presidente do Interior da Itália - Dr. GIANNICOLA SINISI
- Presidente do Tribunal Administrativo de Moçambique - Dr. ANTÔNIO LUIZ TALE
- Juízes da Suprema Corte da Guatemala
- Presidente da Caixa Econômica Federal - Dr. SÉRGIO CUTOLO
- Prefeito de São Paulo - PAULO MALUF
- Secretários de Governo do Distrito Federal
 - Gen. GILBERTO SERRA (Segurança Pública)
 - Dr. HERMES DE PAULA (Obras)
 - Dr. RODRIGO ROLLEMBERG (Turismo)
 - Dr. RUBEM FONSECA (Governo)

Fontes: Presidência / Assessoria de Cerimonial / Assessoria Parlamentar

PRINCIPAIS EVENTOS DOS QUAIS O EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE PARTICIPOU

- 1 - Encontro dos Presidentes dos Tribunais de Justiça, Brasília-DF, 25.1;
- 2 - Entrevista a Eunice Nunes, da Folha de São Paulo, por telefone, 13.2;
- 3 - Instalação dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais no Distrito Federal, 6.3;
- 4 - Sessão solene de posse do Exmo. Sr. Dr. Mário César Ribeiro no cargo de Juiz do TRF da 1ª Região, Brasília-DF, 7.3;
- 5 - Conferência : "O Processo de Execução", no Seminário "Reforma do Código de Processo Civil", promovido pelo Centro de Estudos Judiciários do Conselho da Justiça Federal, 8.3;
- 6 - Participação como Presidente e Moderador da Mesa do Painel de Debates sobre "Soluções Alternativas de Conflitos", promovido pelo Centro de Estudos Judiciários do Conselho da Justiça Federal, 14 e 15.3;
- 7 - Entrevista à Rede Globo, Salão Nobre do Superior Tribunal de Justiça, 21.3;
- 8 - Inauguração da nova sede da Seção Judiciária de Sergipe, 22.3;
- 9 - Audiência ao jornalista Roberto Wagner, diretor da Rede Manchete, Brasília-DF, 26.3;
- 10 - Sessão solene de posse da nova diretoria do Tribunal Regional Federal da 5ª Região, Recife-PE, 29.3;
- 11 - Solenidade comemorativa do sétimo aniversário do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, Brasília-DF, 11.4;
- 12 - Inauguração da Segunda e da Terceira Vara da Justiça Federal de São José do Rio Preto-SP, 19.4;
- 13 - Solenidade de posse dos novos dirigentes do Tribunal de Justiça do Distrito Federal, 22.4;
- 14 - Encontro do Colégio Permanente de Presidentes de Tribunais de Justiça, Rio de Janeiro-RJ, 25 a 26.4;
- 15 - Ciclo de palestras sobre a Justiça Federal e matérias de sua competência, Franca-SP, 27.4;

16 - Participante da abertura do Painel II do VIII Fórum Nacional sobre "Justiça e Sociedade Moderna", Rio de Janeiro-RJ, 14.5;

17 - III Ciclo de Estudos de Direito Econômico, Montevidéu-Uruguaí, 23 a 26.5;

18 - Preletor no Seminário "Aspectos Jurídicos Fiscais do Sistema Financeiro" sobre o tema "Liquidação Extrajudicial de Bancos" Ilhéus-BA, 30.5 a 2.6;

19 - Sessão solene de posse do Exmo. Sr. Ministro José Eduardo Rangelé de Alckmin no cargo de Ministro efetivo do Tribunal Superior Eleitoral, 4.6;

20 - Palestrante no XIII Encontro Nacional de Juizes Federais, Ilhéus-BA, 6 a 8.6;

21 - Sessão solene de posse do Exmo. Sr. Ministro Nilson Vital Naves no cargo de Ministro efetivo do Tribunal Superior Eleitoral, Brasília-DF, 11.6;

22 - Solenidade de posse da nova direção do Tribunal Superior Eleitoral, 13.6;

23 - Audiência pública sobre a criação do Conselho Nacional de Justiça, Câmara dos Deputados, 20.6;

24 - Seminário: "A Reforma Tributária", auditório do Superior Tribunal de Justiça, 21.6;

25 - Solenidade de posse dos Exmos. Srs. Drs. Fernando Gonçalves, José Arnaldo da Fonseca e Carlos Alberto Menezes Direito no cargo de Ministro do Superior Tribunal de Justiça, 27.6;

26 - Solenidade de posse do Exmo. Sr. Dr. Luciano Franco Tolentino Amaral no cargo de Juiz do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, Brasília - DF, 28.6;

27 - Palestrante no Painel sobre "O Judiciário e a Reforma Constitucional" e no Ciclo de Palestras sobre "Direito Penal e seu Processo: as Recentes Alterações e suas Conseqüências", Ribeirão Preto-SP, 12 a 13.7;

28 - Palestrante na solenidade de abertura do 2º Ciclo Internacional de Conferências sobre o Poder Judiciário e o Direito, Cuiabá-MT, 14 a 15.8;

29 - Solenidade de inauguração da sede da Justiça Federal, Porto Velho-RO, 16.8;

- 30 - Audiência pública sobre a Reforma do Poder Judiciário, Câmara dos Deputados, 21.8;
- 31 - XIII Seminário "Roma-Brasília", 22 a 23.8;
- 32 - Abertura do Curso de Especialização "lato sensu" em Direito Processual Civil, Conselho da Justiça Federal, 26.8;
- 33 - Seminário Internacional sobre "Capacitação Judicial e Direito Comunitário", Montevideú-Uruguai, 28 a 30.8;
- 34 - Encontro do Colégio Permanente de Presidentes de Tribunais de Justiça do Brasil, Goiânia-GO, 5 a 7.9;
- 35 - Sessão solene de abertura do V Encontro de Cortes Supremas do Cone Sul, Ouro Preto-MG, 19.9;
- 36 - Congresso Internacional de Direito Comunitário - Encontro dos Presidentes de Tribunais dos Países do MERCOSUL, Ouro Preto-MG, 19 a 22.9;
- 37 - Solenidade para sanção da "Lei de Arbitragem", Palácio do Planalto, 23.9;
- 38 - Entrevista à Rádio Nacional (Revista Nacional), Superior Tribunal de Justiça, 8.10;
- 39 - Palestrante na abertura do Fórum de Palestras em comemoração dos 25 anos do Tribunal de Alçada do Rio Grande do Sul sobre o tema "Os Trinta Anos de Justiça Federal no Brasil", Porto Alegre-RS, 11.10;
- 40 - Palestrante na III Semana Jurídica da Universidade de Brasília sobre o tema "Juizados Especiais de Pequenas Causas", 15.10;
- 41 - Seminário "Cinco Anos da Lei do Inquilinato", Teresópolis-RJ, 18.10;
- 42 - Palestra na Procuradoria-Geral do Estado de São Paulo sobre o tema "Reforma do Poder Judiciário", 24.10;
- 43 - Inauguração da nova sede da Vara Federal de Novo Hamburgo-RS, 31.10;
- 44 - Encontro do Colégio Permanente de Presidentes de Tribunais, Natal-RN, 7 a 9.11;
- 45 - Palestra no Encontro dos Magistrados do Estado do Paraná: "A Presença da Mulher na Magistratura Brasileira", Foz do Iguaçu-PR, 16.11;

- 46 - Palestra na XXX Semana de Estudos Jurídicos, Espírito Santo do Pinhal-SP, 18.11;
- 47 - Entrevista à TV Senado, Superior Tribunal de Justiça, 21.11;
- 48 - Entrevista ao Jornal "O Estado de São Paulo", Superior Tribunal de Justiça, 21.11;
- 49 - Palestra na I Jornada Jurídica Maranhense : "Responsabilidade Civil e Criminal de Atos de Agente Público", São Luís-MA, 22.11;
- 50 - Entrevista com o editor do "Caderno MERCOSUL" (Gazeta Mercantil), Superior Tribunal de Justiça, 27.11;
- 51 - Encontro Internacional sobre "Questões Jurídicas no Processo de Integração do MERCOSUL", Superior Tribunal de Justiça, de 27 a 29.11 (Presidência da mesa de debates no dia 29);
- 52 - Solenidade de posse de Juízes Federais Substitutos, Tribunal Regional Federal da 3ª Região, São Paulo-SP, 2.12;
- 53 - Abertura da VI Conferência do Protocolo de Quito, Tribunal Superior Eleitoral, 9.12;
- 54 - Solenidade de posse do Exmo. Sr. Dr. Félix Fischer no cargo de Ministro do Superior Tribunal de Justiça, 17.12;
- 55 - Entrevista ao Jornal "Folha de São Paulo", Superior Tribunal de Justiça, 18.12.

Fonte: Secretaria-Geral da Presidência

Edição:

Assessoria de Comunicação Social do STJ

Programação Visual:

Alexandre Braga

Tais Villela

Fotografia:

Fotos/capa - Sebastiana Amaral

Fotos/interior - João Wesley e José Luiz de Oliveira (página 28)

Sebastiana Amaral (página 29)

Fotolito e impressão:

Divisão Gráfica do Conselho da Justiça Federal

Superior Tribunal de Justiça
PABX: (061)319-8000
Setor de Administração Federal Sul - SAFS
Quadra 06 - lote 01- trecho 03
CEP 70.095-900